

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ALEX JOSÉ DOS SANTOS

**DESAFIOS ANTE A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO CAMPO DA
ESCRITURAÇÃO DIGITAL**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA,
2018**

ALEX JOSÉ DOS SANTOS

**DESAFIOS ANTE A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO CAMPO DA
ESCRITURAÇÃO DIGITAL**

Monografia apresentada ao departamento de Ciências Sociais (DCSA) como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: SPED Contábil

Orientador: Prof.º Dr. Manoel Antonio Oliveira Araújo

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA,
2018

S237d

Santos,Alex José dos

Desafios ante a tecnologia da informação no campo da escrituração digital/ Alex José dos Santos.Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.Vitória da Conquista,2018.

99f. il.(alguns colo.

Orientador (a): Prof.Dr.Manuel Antonio Oliveira Araujo.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

Inclui referências. F.60-63.

1 .Contabilidade. 2.Tecnologia da informação.3.SPED-Contabilidade-Profissão Contábil.ISantos,Alex José dos. II Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia III.T.

CDD :657

ALEX JOSÉ DOS SANTOS

**DESAFIOS ANTE A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO CAMPO DA
ESCRITURAÇÃO DIGITAL**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado e aprovado em sua forma final pelo Colegiado do Curso de Ciências Contábeis da UESB em 26/11/2018.

BANCA EXAMINADORA/COMISSÃO AVALIADORA

Dr. Manoel Antonio Oliveira Araújo

Doutor em Educação-Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Orientador

Danilo Moreira Jabur

Mestre em Inovação e Tecnologia pela Universidade Estadual de Santa Cruz

Examinador 1

Mário Augusto Carvalho Viana

Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Examinador 2

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por sempre estar presente em minha vida, me guiando, iluminando e abençoando, e em segundo, agradeço a minha família pelo apoio e suporte que tem me dado. Sou grato pelo incentivo e todas as orações diárias que vocês me dedicaram. Obrigado por estarem sempre ao meu lado! Sou grato aos meus mestres que acompanharam meus estudos durante estes anos na universidade e, em especial, ao professor Manoel Antonio por todo apoio, atenção e dedicação para me orientar nesta monografia. Também sou grato pelos professores Danilo Jabur e Mário Viana pelo tempo despendido, pelas contribuições neste trabalho e por fazerem parte da minha banca examinadora. Agradeço também a Josana que me ajudou a aplicar o questionário no grupo de contadores de Vitória da Conquista, a professora Márcia Mineiro que colaborou no meu projeto de pesquisa e ao professor Abmael que iniciou o trabalho monográfico comigo. Obrigado aos amigos e colegas que me deram o suporte necessário para chegar até aqui. Agradeço a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado. Vocês me inspiraram a me tornar um profissional melhor a cada dia.

Sempre se lembre de que você tem mais fibra que acredita, é mais forte que parece e mais esperto do que você pensa que é.

(CHRISTOPHER ROBIN MILNE)

RESUMO

Esta pesquisa se passa no município de Vitória da Conquista-Ba. Considerada a terceira maior cidade da Bahia e em constante crescimento, comporta diversas empresas de portes e ramos variados. Um ótimo mercado para profissionais contabilistas desenvolverem seu trabalho. A tecnologia da informação se tornou uma ferramenta fundamental para facilitar o processamento de dados contábeis, trazendo agilidade, confiabilidade e eficiência na prestação de serviços contábeis para o gerenciamento das atividades empresariais. Uma das formas de aplicação da tecnologia da informação na atividade contábil é o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo analisar os aspectos da escrituração digital, na rotina diária, sob a perspectiva do profissional contábil. Esta pesquisa se justifica no sentido que o mercado de trabalho está evoluindo gradativamente exigindo, por sua vez, profissionais cada vez mais capacitados e adeptos às inovações tecnológicas, considerando que Vitória da Conquista é um amplo mercado em desenvolvimento. Nesse contexto a questão problema que norteia essa pesquisa é: quais são os aspectos da escrituração digital, na rotina diária, sob a perspectiva do profissional contábil? Para dar sustentação teórica e conceitual foram utilizados autores como Iudicibus (2017); Sá (2014); Martine (2013); Young (2009); Duarte (2009); Gouveia (1993), entre outros. Trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza predominantemente quantitativa, que teve a participação de 54 profissionais da área contábil. Os resultados mostram que há utilização da Tecnologia da Informação pelos escritórios e profissionais contábeis, promovendo a agilidade do trabalho e reduzindo os riscos de fraude e demandando a requalificação dos profissionais.

Palavras-chave: Contabilidade. Tecnologia da Informação. SPED. Profissão Contábil.

ABSTRACT

This research takes place in the municipality of Vitória da Conquista-Ba. Considered the third largest city in Bahia and in constant growth, involves several companies of sizes and varied branches. A great market for professional accountants develop your work. With constant changes in legislation, the professional you have to be alert and not to be surprised by new situations, being necessary to adapt all the time. Information technology has become a tool fundamental to facilitate processing of accounting data, bringing agility, reliability and efficiency in the provision of accounting services for the management of business activities. One of the ways of application of information technology in accounting activity is the public Digital bookkeeping System (SPED). Before the above, this research aims to analyze the aspects of digital bookkeeping, in the daily routine, from the perspective of the professional accounting. This research if justified in the sense that the labor market is evolving gradually requiring, for your time, increasingly skilled professionals and fans to innovations technology, whereas Vitória da Conquista is a large market in development. In this context the question problem that guides this study is: what are the aspects of digital bookkeeping, in the daily routine, from the perspective of the professional accounting? To give theoretical and conceptual support authors were used as Iudicibus (2017); Samuel (2014); Martine (2013); Young (2009); Duarte (2009); George (1993), among others. It is treated of a descriptive research of quantitative predominantly nature, that he/she had the 54 professionals' of the accounting area participation. The results show that there is use of the Technology of the Information for the offices and accounting professionals, promoting the agility of the work and reducing the fraud risks and demanding the professionals' requalification.

Keywords: Accounting. Technology of the Information. SPED. Accounting profession.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo	35
Gráfico 2 – Faixa etária	36
Gráfico 3 – Tempo de atuação na área contábil	37
Gráfico 4 – Formação profissional	38
Gráfico 5 – Importância do investimento da área SGC	42
Gráfico 6 – Rotina diária após implantação do SPED.....	43
Gráfico 7 – Avaliação da nova forma de escrituração.....	44
Gráfico 8 - Grau de conhecimento em relação ao uso do SPED	45
Gráfico 9 – Uniformização das informações que o contribuinte presta unidades federadas	47
Gráfico 10 – Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais.....	47
Gráfico 11 – Disponibilidade de cópias da escrituração para usos distintos.....	48
Gráfico 12 – Preservação do meio ambiente	49
Gráfico 13 – Aperfeiçoamento do combate à sonegação	50
Gráfico 14 – Conhecimento e domínio dos procedimentos contábeis	51
Gráfico 15 – Domínio em informática e utilização de softwares	52
Gráfico 16 – Experiência contábil, adquirido com as rotinas diárias.....	53
Gráfico 17 – Transição da antiga de escrituração contábil para a nova através do SPED	53
Gráfico 18 – Curso na área contábil seja técnico ou superior	54
Gráfico 19 – Classificação da evolução contábil com o advento do SPED	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estado da Arte	18
Quadro 2 – Comparação entre as exigências do profissional contábil.....	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Sexo	35
Tabela 2 – Faixa etária.....	36
Tabela 3 – Tempo de atuação na área contábil.....	37
Tabela 4 – Formação profissional	38
Tabela 5 – Importância do investimento da área SGC	42
Tabela 6 – Rotinas diárias.....	43
Tabela 7 – Registros eletrônicos.....	44
Tabela 8 – Grau de conhecimento em relação ao uso do SPED.....	45
Tabela 9 – Uso do SPED	46
Tabela 10 – Experiência com o SPED.....	51
Tabela 11 – Classificação da evolução contábil com o advento do SPED.....	55

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Tema	11
1.2	Objetivos	12
1.2.1	Objetivo geral	12
1.2.2	Objetivos específicos	12
1.3	Problematização	13
1.3.1	Questão – Problema	13
1.3.2	Questões Secundárias	13
1.4	Hipótese de Pesquisa	14
1.5	Justificativa	14
1.6	Resumo Metodológico	15
1.7	Visão Geral	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	Estado da Arte	17
2.2	Marco Conceitual	21
2.3	Marco Teórico	23
2.3.1	Contabilidade e sua profissão	23
2.3.2	Teoria da escrituração em seus aspectos gerais	24
2.3.3	Perfil do profissional contábil no século XXI	26
2.3.4	Contabilidade e a tecnologia da informação	27
2.3.5	Contabilidade e Escrituração digital	29
2.3.6	Ética na Contabilidade	31
3	METODOLOGIA	33
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	35
4.1	Perfil	35
4.2	Formação	38
4.3	Concepção de valores na ética profissional	39
4.4	Concepção de tecnologia	42
4.5	Concepção de Escrituração Digital	43
5	CONCLUSÃO	57

5.1 Limitações do estudo	59
5.2 Recomendações	59
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICES	64
APÊNDICE A – Questionário	64
ANEXOS	67
ANEXO A – Quadros de análises das repostas subjetivas	67
ANEXO B – Lei do Sped.....	84
ANEXO C – Código de ética profissional do contador	87

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aconteceu no município de Vitória da Conquista. Considerada a terceira maior cidade da Bahia e em constante crescimento, comporta diversas empresas de portes e ramos variados. Um ótimo mercado para profissionais contabilistas desenvolverem seu trabalho.

Com constantes mudanças nas legislações, o profissional tem de estar atento e não se deixar ser pego de surpresa por novas situações, sendo necessário se adaptar sempre.

A tecnologia da informação se tornou uma ferramenta fundamental para facilitar o processamento de dados contábeis, trazendo agilidade, confiabilidade e eficiência na prestação de serviços contábeis para o gerenciamento das atividades empresariais. Uma das formas de aplicação da tecnologia da informação na atividade contábil é o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

1.1 TEMA

Desafios ante a tecnologia da informação no campo da escrituração digital. A escolha por esse assunto foi o fato de ser uma atualização recente na área contábil, na qual está causando uma inovação tecnológica na contabilidade, que vigora uma legislação totalmente nova, ocasionando algumas mudanças e cobranças nas rotinas dos profissionais da área de contábil e fiscal.

Essa pesquisa baseou seu referencial teórico em autores como Iudicibus (2017); Sá (2014); Martine (2013); Young (2009); Duarte (2009); Gouveia (1993); Paleias e Palma (2006); Aquino (2010); Merlo (2006); Ribeiro (2017); Oliveira (2008); Lisboa (2016); Ferreira (1997); Padoveze (2009), através de uma tarefa de pesquisa cuja base documental foi bibliográfica e também na Lei do SPED. Por ser o tema realmente fascinante, atual e instigador de questionamentos pelas razões já expostas, busca-se mostrar as diversas peculiaridades da matéria, enriquecido dos aspectos e princípios lógicos mais importantes.

1.2 OBJETIVOS

Objetivo é uma meta ou propósito que se deseja alcançar. Portanto, é um passo a passo a ser seguido na investigação. Os objetivos apresentados foram convertidos dos questionamentos que direcionarão os passos da investigação. Conforme Oliveira (2015, p. 151) “Objetivo é o alvo ou ponto quantificado, com prazo de realização e responsável estabelecidos, que se pretende alcançar através de esforço extra”. Diante disso, os objetivos podem ser divididos em objetivo geral e objetivos específicos.

O objetivo geral expõe a meta principal que se deseja alcançar com a pesquisa. Enquanto que, os objetivos específicos detalham como será o caminho a ser percorrido durante a pesquisa, ou seja, o passo a passo para se chegar ao fim do trabalho. Diante disso, a seguir serão determinados os objetivos desta pesquisa.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar os aspectos da escrituração digital, na rotina diária, sob a perspectiva do profissional contábil.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar o perfil dos profissionais contábeis na era da contabilidade digital do município de Vitória da Conquista;
- Demonstrar os benefícios da escrituração digital;
- Apresentar as dificuldades dos profissionais contábeis para se adequarem ao SPED.

Os objetivos propostos são reflexos dos problemas deste trabalho. Partindo desse pressuposto, faz-se necessário falar dos problemas que este trabalho abordará.

1.3 PROBLEMATIZAÇÃO

Problema pode ser definido como qualquer situação que diante de um obstáculo, exija demanda de conhecimento e discussão para seu exato prosseguimento. Ademais, pode ser entendido como algo instigante, que leva o pesquisador a um processo de reflexão sobre determinada situação, sendo passível de solução.

O desenvolvimento contínuo de distintas formas de pensamento, faz parte de um processo de gerenciamento de alternativas às soluções ortodoxas para os diversos tipos de problemas a serem explorados. Appolinário propôs um bom conceito para problema, trata-se de uma

Questão a ser investigada numa pesquisa, colocada na forma interrogativa. O problema é uma especificação do tema de pesquisa, devendo ser circunscrito e bem definido. A definição do problema constitui-se numa etapa crucial para o desenvolvimento da pesquisa, e, dependendo de sua correta formulação e análise, decidirá que tipo e delineamento de pesquisa deverão ser adotados. Possui estreita relação com o tema e as hipóteses de pesquisa. (APPOLINÁRIO, 2011, p.157)

O problema norteia e promove o direcionamento da pesquisa. Sendo assim, proporciona ao pesquisador a possibilidade de enxergar de forma mais clara, objetiva e específica o que se pretende abordar e investigar.

1.3.1 Questão – Problema

Quais são os aspectos da escrituração digital, na rotina diária, sob a perspectiva do profissional contábil?

1.3.2 Questões Secundárias

- Qual é o perfil dos profissionais contábeis na era da contabilidade digital do município de Vitória da Conquista?
- Quais são os benefícios da escrituração digital?
- Quais são as dificuldades dos profissionais contábeis para se adequarem ao SPED?

Tentando responder inicialmente às questões levantadas, a hipótese é utilizada a partir de conhecimentos prévios.

1.4 HIPÓTESE DE PESQUISA

Hipótese é uma proposição que se admite, independentemente do fato de ser verdadeira ou falsa, sendo assim uma resposta provisória. Portanto, será testada no decorrer do trabalho e ao final se terá a comprovação ou não do que já foi levantado. Segundo Trujillo Ferrari,

A hipótese é uma proposição antecipatória à comprovação de uma realidade existencial. É uma espécie de pressuposição que antecede a constatação dos fatos. Por isso se diz também que as hipóteses de trabalho são formulações provisórias do que se procura conhecer e, em consequência, são supostas respostas para o problema ou assunto da pesquisa. (1982, p.181, apud MATIAS PEREIRA, 2012, p.57)

HP 1 – A escrituração digital de modo geral gira em torno de dois aspectos, o primeiro envolve a tecnologia do sistema em si e a segunda abrange questões subjetivas como: capacidade técnica e experiência do profissional com o mesmo. Com relação a tecnologia, o SPED assegura a transmissão das informações com segurança, além de mitigar os riscos de fraudes. No que concerne às questões subjetivas, é necessário que sejam feitos cursos para a aquisição de domínio técnico e experiência profissional.

1.5 JUSTIFICATIVA

Com os adventos da informática, globalização, o mundo dos negócios sofre uma verdadeira revolução, não é mais necessário o profissional tecnicista, mas sim, aquele que use seu raciocínio lógico e analítico-crítico para solucionar os problemas e contribuir para o melhor desempenho dos clientes e usuários da informação.

Dessa forma, na atualidade, segundo Iudicibus (2017) é necessário que o contador, em um mercado competitivo, seja dinâmico, criativo, competente e inovador. O mesmo deixa de ser apenas um “guarda livros” e passa a exercer a função de um analista hábil de extrema importância para a tomada de decisões dentro de uma organização. Assim, conforme as ideias

de Sá (2014) o novo perfil profissional deve voltar-se para uma visão macro e humanística, levando-o a compreender o meio socioeconômico e cultural do qual faz parte.

Assim pode-se dizer que o profissional da contabilidade deve ser multifuncional, estudando e aperfeiçoando-se constantemente, porque a contabilidade, por se tratar de uma ciência, está em constante modificação e implementando mudanças.

Nessa ótica, o profissional para se tornar competitivo e de alta empregabilidade, deve buscar aperfeiçoar seus conhecimentos tecnológicos para que possa saber escolher e utilizar as ferramentas adequadas e, conseqüentemente, oferecer serviços de maior qualidade, rapidez e confiabilidade, e assim transmitir aos clientes responsabilidade e garantia.

Por ser um assunto de grande discussão, justifica-se uma pesquisa a fim de analisar as questões que envolvem o cotidiano profissional dos contabilistas, visto que no município de Vitória da Conquista, o mercado contabilista se desenvolve cada vez mais, e nesse contexto uma das grandes preocupações que existe para os futuros profissionais dessa área, é a questão da dificuldade de se adequar ao SPED.

Assim a presente pesquisa apresenta grande relevância, uma vez que o mercado de trabalho está evoluindo gradativamente exigindo, por sua vez, profissionais cada vez mais capacitados e adeptos às inovações tecnológicas. Destarte, faz-se necessário a qualificação, considerando que Vitória da Conquista é um amplo mercado em desenvolvimento.

1.6 RESUMO METODOLÓGICO

Esta pesquisa tem abordagem paradigmática quantitativa, construída com bases dedutivas, posto que terá cunho descritiva e será apoiada na interpretação estatística simples. Como eixo principal de procedimentos, segundo Michel (2009) trata-se de survey que utilizará como instrumento de coleta de dados um questionário, do tipo misto. Se trabalhará com amostra do tipo probabilística dos profissionais contabilistas na cidade de Vitória da Conquista – BA no ano de 2018.

1.7 VISÃO GERAL

Esta é uma monografia disposta em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata da Introdução composta por seus elementos fundamentais. O segundo capítulo compreende o Referencial Teórico, o qual subdivide-se em três grandes partes: Marco Conceitual, Estado da Arte e Marco Teórico. O terceiro capítulo explana a Metodologia da Pesquisa. A seguir, o quarto capítulo expõe a Apresentação e Análise dos Dados, que responde as questões levantadas e testa as hipóteses, além de atender aos objetivos. Por fim, o quinto capítulo apresenta um resumo do trabalho, evidenciando as Considerações Finais desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo é disposto de três subtópicos: o primeiro é o Marco Conceitual, o qual dispõe essenciais conceitos de termos importantes, que permitem a devida compreensão desta pesquisa; o segundo é o Estado da Arte, que elenca as principais pesquisas que contribuem para este trabalho; e por último, mas não menos importante, o Marco Teórico que explana com maior amplitude e de forma mais aprofundada acerca do tema, referenciando-se em diversos autores que dão suporte a esta pesquisa.

2.1 ESTADO DA ARTE

Estado da Arte pode ser descrito como um processo em que são elencados conhecimentos já disponíveis sobre o assunto, em que são citadas as principais obras que constituem o embasamento teórico, os quais o trabalho se apoia. Neste subtópico, logo adiante serão apresentadas as principais pesquisas que contribuem para esta monografia.

Visando conhecer as pesquisas já produzidas até o momento e que tenham relação com esta temática, foi realizado um levantamento de todos os trabalhos que tratam acerca do tema. O banco de dados utilizado foi o *Google Acadêmico*. Foram feitas buscas contendo obrigatoriamente os seguintes termos: *Escrituração Contábil Digital*. A busca implementada revelou 689 resultados, dos quais foram selecionadas três publicações. O critério para a escolha das mesmas foram as que mais se aproximaram da temática proposta neste trabalho.

Quadro 1 – Estado da Arte

(continua)

TIPO	TÍTULO	AUTOR(ES)	ANO	NÍVEL	INSTITUIÇÃO	IDEIA PRINCIPAL	LINK/LUGAR	DATA DE ACESSO
Dissertação	O efeito do SPED nos serviços profissionais de contabilidade na percepção de gestores de escritórios contábeis na cidade do Rio de Janeiro	Emmanuel Lopes dos Anjos	2018	Mestrado	Universidade Presbiteriana Mackenzie	O trabalho apresentou um estudo com o intuito de avaliar o impacto do SPED em relação a necessidade de qualificação, investimento, entre outros aspectos segundo a avaliação de gestores de onze escritórios de contabilidade da cidade do Rio de Janeiro. Apesar dos custos iniciais para a qualificação em pessoas e adequação de sistemas o estudo apresenta como fator positivo uma maior qualidade dos serviços além de uma maior garantia da veracidade das informações analisadas.	http://tede.mackenzie.com.br/jspui/handle/tede/3570	16/10/2018
Dissertação	O impacto da implantação do sistema público de escrituração digital - SPED nas empresas do setor têxtil e de confecção, segundo a percepção dos gestores das empresas	Mauri José Alberti	2016	Mestrado	Universidade Presbiteriana Mackenzie	É realizada uma análise dos impactos de implantação do SPED considerando os recursos humanos, financeiros e tecnológicos de empresas do setor têxtil e de confecção. Os resultados da pesquisa apresentaram fatores negativos perante a visão dos gestores como uma maior burocratização e necessidade de investimentos.	http://tede.mackenzie.com.br/jspui/handle/tede/3175	19/10/2018

(conclusão)

Dissertação	Nível de conhecimento dos profissionais de contabilidade em relação ao sistema público de escrituração digital por meio da teoria de resposta ao item	Gilberto Magalhães da Silva Filho	2015	Mestrado	Universidade de Brasília	O autor apresenta um estudo onde é realizado a aplicação de testes em profissionais de contabilidade com o intuito de avaliar o nível de conhecimento em relação ao SPED. Os resultados obtidos foram validados utilizando metodologias de avaliação do desempenho dos candidatos, assim foi possível concluir que os profissionais em sua grande maioria apresentaram um baixo desempenho.	http://repositorio.unb.br/handle/10482/18036	22/10/2018
-------------	---	-----------------------------------	------	----------	--------------------------	---	---	------------

Fonte: Compilação da *internet* – organização própria (2018).

Como pode ser visualizado no Quadro 01, os trabalhos apresentados têm relação direta com o tema deste trabalho. Diante da perspectiva apresentada, o SPED pode impactar a nível empresarial em diversos setores e áreas da empresa, desde a contribuição individual do contador, como também de outros setores e fatores ligados a toda a cadeia do processo, como evidenciado a tecnologia por exemplo é um fator essencial neste processo.

Através da dissertação “O efeito do SPED nos serviços profissionais de contabilidade na percepção de gestores de escritórios contábeis na cidade do Rio de Janeiro”, onde foram apresentados pelo autor diversos pontos que permitiram evidenciar a necessidade de investimentos por parte da empresa em tecnologia e capacitação técnica de profissionais contribuindo para mitigar riscos em todo o processo.

No trabalho “O impacto da implantação do sistema público de escrituração digital - SPED nas empresas do setor têxtil e de confecção, segundo a percepção dos gestores das empresas” fatores destacados como uma maior dependência da área de tecnologia foram fundamentais para consolidar uma visão na perspectiva da empresa em relação aos impactos na utilização do SPED.

Por fim, na dissertação “Nível de conhecimento dos profissionais de contabilidade em relação ao sistema público de escrituração digital por meio da teoria de resposta ao item” foi possível relacionar o tema proposto pelo autor com o objeto de estudo deste trabalho. Assim, aspectos como a dificuldade dos profissionais em relação a Escrituração Contábil Digital evidenciada pelo baixo índice de desempenho na avaliação realizada, permitiram uma maior compreensão sobre aspectos subjetivos relacionados às dificuldades encontradas em relação à capacitação técnica, contribuindo também diretamente para o desenvolvimento deste trabalho.

2.2 MARCO CONCEITUAL

Este tópico tem o propósito de apresentar todos os termos que carecem de maiores esclarecimentos, conceituando-os para melhor entendimento desta pesquisa. Os termos que serão explanados são os seguintes: Contabilidade, escrituração, razão, razonete e escrituração digital.

A Contabilidade é um sistema de informação e avaliação que registra os eventos que alteram o patrimônio de uma entidade, destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza patrimonial, econômica e financeira. Para Szuster et. al. (2013, p. 15) a “A Contabilidade é o processo cujas metas são registrar, resumir, classificar e comunicar as informações financeiras.”

Conforme Favero et. al. (2011, p.1) a “Contabilidade desenvolveu-se buscando responder aos anseios da sociedade, tendo como objetivo gerar informações para o controle e tomada de decisões.” Assim, a Contabilidade é o instrumento principal e consolidado que auxilia na gestão eficiente de organizações. A nível gerencial, pode contribuir para analisar se determinada estratégia está sendo positiva para a organização podendo esta comprovar por meio dos seus diversos relatórios, documentos e análises a eficiência da empresa. Por outro lado, o gestor também tem a Contabilidade como um instrumento que o auxilia para a tomada de decisões a longo prazo, isto pelo fato das análises e interpretações das informações é possível ainda estabelecer novas diretrizes e metas pela análise dos quadros atuais da organização.

No contexto de Contabilidade alguns termos importantes devem ser definidos. O Razão (razonete) é o livro que separa sistematicamente as contas lançadas no livro diário dispondo-as em ordem, transforma-se no resumo técnico-contábil de cada conta aberta de registro de todas as operações efetuadas, sintetizando e individualizando todas as importâncias, permitindo que se saiba o movimento ativo e passivo de cada conta. A partir de 1º. 01.1992, tornaram-se obrigatórias para as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real a escrituração e a manutenção do livro razão ou fichas utilizadas para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Diário, mantidas as demais exigências e condições previstas na legislação (MARTINE, 2013).

Nesse mesmo sentido, Favero et. al. (2011, p.131) salienta que o Livro Razão “Representa um dos mais importantes instrumentos de registro das operações da empresa,

permitindo a classificação dos fatos de acordo com sua natureza, envolvendo elementos patrimoniais e de resultado.”

Antes de realizar a definição de escrituração digital é importante destacar primeiramente o conceito de escrituração. Favero et. al. (2011, p.127) define a escrituração como “o ato de se registrar nos livros da empresa as movimentações ocorridas em seu patrimônio”. Inicialmente, as operações de escrituração eram feitas de modo manual, no entanto, com a evolução da tecnologia foram desenvolvidos softwares que auxiliam e garantem uma maior segurança na realização destas atividades.

No contexto de escrituração digital um novo modelo está sendo utilizado trata-se do SPED. Conforme Szuster et. al. (2013, p. 25):

O Sistema Público de Escrituração digital – Sped, criado em janeiro de 2007, tem o objetivo de tornar virtual toda a escrituração fiscal e contábil das empresas – feita em papel – e de integrar as três esferas fiscais de administração pública, além de racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias dos contribuintes. Além da Nota Fiscal Eletrônica, o sistema é formado pelo Sped contábil e pelo Sped Fiscal.

Para Duarte (2009) o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é uma ferramenta de acompanhamento e fiscalização criada pelo governo, que tem como principal objetivo promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais.

A Escrituração Fiscal Digital (EFD) foi instituída pelo Convênio de ICMS nº 143/2006 de 20 de dezembro de 2006 é parte integrante do projeto SPED e seu fundamento implica na entrega de arquivos digitais de todas as informações fiscais, informações estas, que eram apresentadas anteriormente na forma de livros impressos.

Nesse sentido, materializada em um arquivo digital esta escrituração, segundo Young (2009) se constitui em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e outras informações de interesse dos Fiscos das Unidades da Federação e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como no registro e apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.

2.3 MARCO TEÓRICO

Este capítulo faz uma discussão teórica sobre o tema pesquisado, abordando a contabilidade, seu conceito, história e teorias, analisando a escrituração digital e a importância da tecnologia nesse contexto.

2.3.1 Contabilidade e sua profissão

A Contabilidade é a ciência que estuda e controla o patrimônio, objetivando representá-lo graficamente, evidenciar suas variações, estabelecer normas para sua interpretação, análise e auditoria e servir como instrumento básico para a tomada de decisões de todos os setores direta ou indiretamente envolvidos com a empresa. Nesse aspecto, de acordo Gouveia (1993, p.01),

[...] contabilidade é um sistema muito bem idealizado que permite registrar as transações de uma entidade que possam ser expressas em termos monetários, e informar os reflexos dessas transações na situação econômico-financeira dessa entidade em uma determinada data.

Portanto, a importância de se registrar as transações de uma organização é proveniente de uma série de fatores, como por exemplo: devido ao dinamismo das empresas, com mudança dos seus dirigentes e do pessoal que as opera; a necessidade de comprovar, com registros e documentos, a veracidade das transações ocorridas; a possibilidade de reconstituir, com detalhes as transações ocorridas; a necessidade de registrar as dívidas contraídas, os bens adquiridos, ou o capital que os proprietários investiram no negócio, além de informar os reflexos que as transações provocam na situação econômico-financeira da empresa para que os diversos interessados em seu passado, presente ou futuro tenham conhecimento do seu progresso, estagnação ou retrocesso.

Assim, segundo Ribeiro (1996, p. 14), “A contabilidade é uma ciência que permite, através de suas técnicas, manter um controle permanentemente do Patrimônio da empresa”. Portanto, sua finalidade é fornecer informações sobre o patrimônio, informações essas de ordem econômica e financeira, que facilitará as tomadas de decisões, tanto por parte dos administradores ou proprietários, quanto por parte daqueles que pretendem investir na empresa.

A contabilidade chega de forma definitiva ao Brasil, junto com a colonização, nessa época “pessoas eram escolhidas para controlar os montantes de produtos enviados a Portugal” (COELHO; BOTINI, 2002, p.11). Com a chegada da família real Portuguesa, em 1808, o comércio desenvolveu-se de forma significativa no Brasil Colônia.

Embora essas aulas não fossem voltadas especificamente para a contabilidade, elas abrangiam os vários processos comerciais, entre eles o controle e registro dos bens. Nessa época os contabilistas eram conhecidos como guarda-livros, pois eram responsáveis por escriturar e arquivar os registros nos livros contábeis. De acordo com Paleias e Palma (2006) com o passar dos anos essa função tornou-se cada vez mais importante até que no ano de 1869 surge a Associação dos Guarda-livros regulamentada pelo Decreto Imperial nº 4.475, que institui o guarda-livros como a primeira profissão liberal do Brasil.

2.3.2 Teoria da escrituração em seus aspectos gerais

A contabilidade é um dos elementos mais importantes para a gestão e deve ser feita no sentido de atender aos interesses da empresa e todos os demais usuários, no que se refere a informações para tomada de decisões.

Nesse contexto, a escrituração deverá abranger todas as operações da empresa. Ela é o processo que envolve recursos financeiros, bens, direitos e obrigações. É executada através de escrituração de livros e produção de demonstrativos e relatórios contendo informações financeiras, comerciais e fiscais.

A escrituração contábil visa apresentar informações de suma importância à empresa para a tomada de decisões, e atender os interesses dos sócios ou acionistas e demais usuários. FORTES, (2000/2001, 53) reforça a ideia de que as informações contábeis são de grande importância para a tomada de decisões: “Portanto, as informações contábeis quando tratadas de forma integrada e global, envolvendo a área de produção, administrativa, vendas e financeira torna-se o mais importante instrumento para a tomada de decisões”.

A importância da escrituração dentro da empresa sem dúvida é imensa, a fim de atender a todos os seus usuários e principalmente para ajudar aos sócios e administradores em questões importantes nas tomadas de decisões. Irregularidades, erros e/ou fraudes na escrituração contábil podem prejudicar os usuários da escrituração contábil, tais como:

- As autoridades do fisco;
- Investidores do mercado de capitais;
- Fornecedores;
- As instituições financeiras quando concedem empréstimos e financiamentos baseados no patrimônio apresentado pela empresa.

Nesse contexto o artigo 256 do Decreto n° 3.000, de 26 de março de 1999 do Imposto de Renda, assim se refere com relação às irregularidades e/ou fraudes:

Art. 256. A falsificação, material ou ideológica, da escrituração e seus comprovantes, ou de demonstração financeira, que tenha por objeto eliminar ou reduzir o montante de imposto devido, ou diferir seu pagamento, submeterá o sujeito passivo a multa, independentemente da ação penal que couber.

Dessa forma, as demonstrações que possuem informações falsas e/ou irregulares, estarão sujeitas a multa, podendo a empresa e os profissionais responsáveis pela escrituração serem processados e até condenados por prejudicarem os usuários da mesma. O artigo 251 do Regulamento do Imposto de Renda, diz a respeito do dever de escriturar da pessoa jurídica, assim tratando:

Art. 251. A pessoa jurídica sujeita à tributação com base no lucro real deve manter escrituração com observância das leis comerciais e fiscais.
Parágrafo único. A escrituração deverá abranger todas as operações do contribuinte, os resultados apurados em suas atividades no território nacional, bem como os lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior.

Assim a pessoa jurídica deve escriturar os livros contábeis, que reúnem todas as informações e operações da empresa, assim como ganhos de capital, lucros e rendimentos.

Nesse sentido, segundo Fortes, (2001, p. 58) no Código Comercial encontram-se diversos artigos da exigência da contabilidade, sendo esse o documento mais antigo no nosso ordenamento jurídico que trata da escrituração contábil por parte das empresas, estando em vigor desde o ano de 1850.

Vale ressaltar que a escrituração contábil não se resume apenas ao livro Diário. Toda a documentação, papéis e registros que comprovam os fatos e atos de lançamentos, fazem parte da escrituração contábil. Dentre os livros contábeis, os principais são: Livro Diário; Livro Razão; Livro Registro de Inventário; Livro de Apuração do Lucro Real e o Livro Caixa.

2.3.3 Perfil do profissional contábil no século XXI

Graças à valorização da contabilidade, aquela antiga concepção do contador que ficava escondido numa sala com pilhas de livros e papéis é coisa do passado. Segundo Aquino (2010) o contador do século XXI passou a ser mais dinâmico, versátil, ter domínio técnico, visão sistêmica e capacidade para auxiliar o cliente nas tomadas de decisões, deixando de ser o guarda-livros para tornar-se o consultor.

Segundo Merlo (2006), diz que antigamente, o contador era visto como um mero guarda-livros, o qual tinha grande conhecimento dos números, realizando cálculos e preenchendo guias em atendimento ao fisco a serviço do governo. Porém, atualmente, ele é um profissional com ampla visão de mercado, atualizado e com muito conhecimento.

Hoje, segundo Ribeiro (2017), o contador precisa buscar qualificações na sua área, mas não pode se restringir a ela, devendo adquirir conhecimento principalmente em gestão e tecnologia da informação, além é claro de ter fluência em ao menos um idioma, e estar sempre atento ao que se passa na economia mundial. Além disso, o profissional deve ser transparente e apoiar-se nos princípios éticos, visando sempre à qualidade dos serviços prestados e a boa imagem de sua profissão, principalmente nos dias atuais em que as informações devem ser muito transparentes.

A respeito desse assunto, Merlo (2006) explicita em um quadro um comparativo entre o profissional contador do passado, o atual e o que está por vir.

Quadro 2 – Comparação entre as exigências do profissional contábil

ONTEM	HOJE	AMANHÃ
Baixa competitividade	Competitivo	Alta Competitividade
Comércio tradicional	Relações comerciais complexas	Globalização/Desregulamentação
Ênfase na escrituração	Ênfase no registro	Ênfase nos negócios
Ensino comercial	Ensino técnico	Ensino de gestão
Busca pela padronização	Padronização legal	Adaptação aos negócios
Pouco envolvimento nos negócios	Acompanhamento da gestão	Proposição de soluções
Baixa complexidade das operações	Operações complexas	Operações virtuais
Não utilização da TI	Uso intensivo da TI	Business Intelligence
Luta pelo reconhecimento	Profissão reconhecida	Profissão fundamental

Fonte: MERLO (2006, p. 11)

O mercado de trabalho para o profissional contábil no Brasil é muito atrativo, isso, segundo Oliveira (2008) se deu em virtude das mudanças ocorridas no cenário econômico que obrigaram as empresas a aperfeiçoar cada vez mais seu processo de controle e planejamento.

A demanda por esses profissionais tem sido tão grande que as empresas os tem buscado antes mesmo de sua formatura, pois logo no início do curso, o aluno já adquire credibilidade para buscar sua colocação no mercado. Atualmente, conforme os estudos de Lisboa (2016) o CFC tem registrado cerca de 500 mil profissionais, técnicos e contadores, mas esse contingente não é suficiente para ocupar todas as vagas. Mais uma das vantagens da profissão é a possibilidade de autonomia, ou seja, o contador pode trabalhar em seu próprio escritório e prestar serviço para seus clientes.

O contador é o responsável pela área financeira, econômica e patrimonial de uma ou mais empresas. Segundo Iudícibus, Marion e Faria (2009) este profissional tem que estar atualizado a respeito das leis que regem o patrimônio de pessoas jurídicas, atento às datas e prazos dos impostos a serem pagos, além de coletar informações e interpretá-las, para assim, tomar decisões que visam o crescimento da(s) empresa(s) às quais exerce a sua função.

De acordo com as ideias de Nagatsuka e Teles (2007) o contabilista tem uma vasta gama de possibilidades de atuação no mercado de trabalho. Além da área jurídica, operando como assessor, colaborador, auditor e analista pode optar por ser professor do segmento contábil e sócio ou proprietário de escritório de contabilidade, realizando serviços de consultoria.

2.3.4 Contabilidade e a tecnologia da informação

Estamos vivendo um momento histórico, onde ouvimos falar constantemente na mudança de paradigmas. Segundo Aquino (2010) esta expressão de “mudança de paradigmas” quer dizer que devemos mudar modelos, padrões, modo de fazer as coisas onde temos que ter um jeito de olhar e de pensar diferente daquilo que já fizemos.

Nas últimas décadas a humanidade tem evoluído a passos largos e praticamente diariamente vemos surgir novas tecnologias que visam simplificar cada vez mais as atividades diárias. Iudícibus (2008) expõe que os aparelhos digitais como computadores e

celulares estão presentes em nosso dia a dia, e já há quem diga que é impossível ficar sem eles. De fato, o mundo entrou na era da informação, onde todos interagem de qualquer parte e a qualquer hora. O acesso às informações está difundido, hoje basta conectar-se a internet para encontrá-las de modo rápido e fácil.

Como não poderia deixar de ser, a contabilidade também passou por várias modificações e teve que adaptar-se à tecnologia e por essa razão muitas práticas caíram em desuso. Schmidt, Santos e Fernandes (2010) explanam que os livros usados pelos contadores no século passado deram lugar aos computadores e softwares, mais precisos e ágeis. Porém mesmo com a informatização, a contabilidade seguiu sem padrões e cada país desenvolveu suas normas e sistemas gerando muita dificuldade na interpretação das demonstrações contábeis por estrangeiros.

De acordo com Aquino (2010), o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) é um programa desenvolvido para facilitar a entrega de informações ao governo e promover a integração dos fiscos. Porém o software ajudará também em diversos outros fatores, como combater a sonegação, modernizar a forma de contabilizar, agilizar e aprimorar a fiscalização, possibilitar o cruzamento de informações contábeis e fiscais, contribuir com a ecologia (diminuindo o consumo de papel), etc.

Segundo Iudicibus; Marion Faria (2009), com o SPED os contadores são os que mais terão mutações na forma de trabalhar, tudo o que estavam acostumados a fazer será agora feito de uma forma diferente e mais detalhada, pois o programa irá solicitar maior quantidade de informações e isso exigirá muito mais dos profissionais contábeis, não existirá mais papel, tudo será feito e transmitido digitalmente. Essas mudanças que inevitavelmente ocorrerão trarão grandes dificuldades aos contabilistas, que terão que se adaptar ao novo sistema.

Lisboa (2007), além de os contadores terem que adaptarem-se às mudanças, há também a necessidade de fazer com que seus clientes entendam que agora precisam dedicar uma atenção redobrada no preenchimento e envio do SPED, e mesmo aquele contabilista que tem a intenção de fazer correto, se depara com a situação de que o cliente não mandou todas as informações para o preenchimento deste, não mandou todas as notas, não informou tudo o que aconteceu na empresa.

Pfirtscheir e Alberton (2004) explanam que outro problema relacionado à conscientização dos clientes é que muitos não aceitarão o provável aumento dos honorários que serão informados pelos contadores. A maioria dos empresários pensará que essa é só mais uma forma que os contabilistas encontraram para se aproveitar da situação e cobrar

mais caro por sua prestação de serviço. Portanto muitos problemas terão que ser enfrentados pelos profissionais contábeis com essa revolução do SPED, os desatualizados ou desatentos serão alvo de intensa atividade fiscalizatória.

2.3.5 Contabilidade e Escrituração digital

Como parte integrante do e-Gov tem-se o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), instituído através do Decreto nº 6.022/2007, sendo um instrumento que unifica a recepção, validação, armazenamento, importação, exportação, manipulação, e autenticação de livros e documentos, que integram a escrituração contábil e fiscal das empresas, inclusive imunes ou isentas, aumentando a relação entre o fisco estadual, federal e os contribuintes.

Uma das vertentes do SPED é a ECD- Escrituração Contábil Digital instituída pela Instrução Normativa RFB Nº 1774 de 22 de dezembro de 2017. A ECD abrange os livros diários, razão, balancetes diários, balanços, fichas de lançamentos e auxiliares se houver.

A RFB – Receita Federal do Brasil - determinou que a partir do ano-calendário 2009, estariam obrigadas à ECD todas as sociedades empresárias tributadas pelo lucro real. Para as empresas tributadas pelo Lucro Presumido seria obrigatória a entrega da ECD, caso as empresas tivessem, num determinado trimestre do ano calendário, um lucro superior àquele apurado pelo percentual de participação do lucro menos os tributos. Neste caso, se o lucro a ser distribuído tiver base no lucro apurado na contabilidade, então a empresa está obrigada a entrega da ECD.

As sociedades simples, as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional estão dispensadas desta obrigação.

A obrigatoriedade de participação no SPED Contábil está definida nos itens do artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.774 de 22 de dezembro de 2017:

Art. 3º Deverão apresentar a ECD as pessoas jurídicas e equiparadas obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial, inclusive entidades imunes e isentas.

I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas;

III - às pessoas jurídicas inativas, assim consideradas aquelas que não tenham realizado, durante o ano-calendário, atividade operacional, não operacional,

patrimonial ou financeira, inclusive aplicação no mercado financeiro ou de capitais as quais devem cumprir as obrigações acessórias previstas na legislação específica;

IV - às pessoas jurídicas imunes e isentas que auferiram, no ano-calendário, receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados cuja soma seja inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) ou ao valor proporcional ao período a que se refere a escrituração contábil; e

V - às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido que não distribuam, a título de lucro, sem incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), parcela de lucros ou dividendos superior ao valor da base de cálculo do imposto sobre a renda, diminuída dos impostos e contribuições a que estiver sujeita.

A Instrução Normativa RFB nº 1.774 ainda ressalta que as regras de obrigatoriedade não levam em consideração se a sociedade empresária teve ou não movimento no período, uma vez que sem movimento não quer dizer sem fato contábil. Por exemplo, normalmente ocorrem eventos como depreciação, incidência de tributos, pagamento de aluguel, pagamento do contador, pagamento de luz, custo com o cumprimento de obrigações acessórias, entre outras.

De acordo com o artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.774, a ECD deve ser entregue no último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao que se refere à escrituração.

O livro digital deve ser assinado por, no mínimo, duas pessoas: a pessoa física que, segundo os documentos arquivados na Junta Comercial, tiver poderes para a prática de tal ato e o contabilista. O PVA (Programa Validador e Assinador) do SPED Contábil só permite que o contabilista assine após a assinatura de todos os representantes da empresa listados no arquivo. O livro digital deve ser assinado com certificado digital, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

A NBC-T 2.8 aprovada pela Resolução nº 1.020/2005 do Conselho Federal de Contabilidade, define a responsabilidade pela elaboração da ECD: A escrituração contábil em forma eletrônica e as emissões de livros, relatórios, peças, análises, mapas demonstrativos e Demonstrações Contábeis são de atribuição e responsabilidade exclusiva de contabilista legalmente habilitado com registro ativo em Conselho Regional de Contabilidade e devem conter certificado e assinatura digital do empresário ou da sociedade empresária e de contabilista.

Segundo Sá (2017), nessa nova era não se espera que o profissional tenha apenas conhecimentos sobre a sua área específica. Mas, que tenha uma formação com visão global,

que compreenda o meio social, político, econômico e cultural que está incluído, que tenha iniciativa, coragem e ética, atuando com agilidade, habilidade em negociação e criatividade.

O SPED é um projeto que necessita ser apresentado e compreendido por toda a sociedade, pois trata-se de uma forma de controle liderada pelo governo federal com grandes vantagens que atingirá todos os cidadãos, pois auxiliará no combate à sonegação e a informalidade. O SPED apresenta em seu contexto medidas que podem ser entendidas como socioambientais, pois irá representar uma economia muito grande em relação ao uso do papel.

Segundo Iudícibus (2017) essa “Nova Era” é marcada pela enorme influência das habilidades humanas no que diz respeito ao uso da tecnologia para se obter informações, analisá-las, sintetizá-las, interpretá-las e comunicá-las; tanto no processo de geração de riqueza quanto de sua mensuração. Mais importante do que possuir a tecnologia, é fazer bom uso dela. Isso nos torna mais competitivo enquanto profissionais, empresas e nação.

Devido à globalização no mundo econômico e cultural, as empresas e o governo tiveram a possibilidade de interagir suas normas e formas de administrar no setor contábil. A Contabilidade em si, aponta um cenário crescente na internacionalização da economia, surgindo através de blocos econômicos.

A pesquisa realizada por Santos, Schmidt e Gomes (2010) afirma que muitas das empresas do comércio internacional já são beneficiadas com essas mudanças tecnológicas. Cita, como exemplo, uma empresa brasileira, que possivelmente teria uma filial na China e utilizasse desses meios.

2.3.6 Ética na Contabilidade

Desde os primórdios, em que homem se fixou em uma determinada área, quando surgiram as primeiras concepções de residência e propriedade, surgiram os princípios de ética.

Nesse contexto, segundo Ferreira (1997) os problemas éticos são caracterizados pela sua generalidade, ou seja, podendo dizer aos indivíduos o que é um comportamento pautado por normas ou em que consiste um fim.

De acordo Lisboa (1997) na medida em que cada indivíduo possui suas próprias crenças e valores, cada uma tem uma maneira própria de se comportar. Assim discutir e

definir padrões éticos dentro de uma organização não é uma tarefa fácil, em se tratando do Brasil a situação é ainda crítica, pois grande parte dos empresários e governantes tiram proveito em tudo e violando as regras morais.

Mas este tem sido o caminho percorrido por diversas empresas para se protegerem e garantirem seu espaço no mercado. Os processos estratégicos, as buscas por alguns diferenciais em relação aos concorrentes têm sido realizadas de forma constante.

Devido à importância da Ética para a vida em sociedade, foram criados os códigos de ética geral, especificados por profissão, para nortear o comportamento das pessoas, dentro das organizações. Existem algumas definições para o que seja um Código de Ética. Uma delas é entendida como sendo o “instrumento que busca a realização dos princípios, visão e missão da empresa” (IDEAS, 2009).

Nessa ótica, o profissional contábil além das constantes atualizações para seguir a legislação vigente, possui o Código de Ética que regulamenta a profissão. A “Ética” é uma ciência com embasamento científico e filosófico sólido, que trata da moral e do comportamento humano, das relações comportamentais e interpessoais, do respeito pelo outro, de se pensar coletivamente e não de maneira somente individual. Então, é preciso que o profissional de contabilidade exerça uma conduta ética, sem perder sua autonomia para trabalhar.

Vale ressaltar que a disciplina de “Ética” vem sendo estudada com bastante ênfase nos cursos de Ciências Contábeis. É necessário que se dê a devida importância à disciplina e que os acadêmicos se mantenham atualizados sobre o que acontece em nível de corrupção e fraudes nos meios empresariais, governamentais e mesmo de pessoas físicas, pois só assim é possível formar profissionais contadores aptos a lidar com essas questões e exercer a profissão com dignidade, respeito, lealdade, ética, autonomia e independência.

3 METODOLOGIA

Pesquisa descritiva de natureza quantitativa no intuito de buscar uma compreensão mais aproximada vivenciada pelos profissionais contábeis. Segundo Fonseca (2002, p. 20):

Os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade.

Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

O estudo foi realizado no município de Vitória da Conquista que está localizado na região Sudoeste do Estado da Bahia e Nordeste do Brasil. Possui uma população de 348.718 habitantes com uma baixa densidade demográfica de 81,94 hab./km². A população é majoritariamente urbana: 85,85% dos residentes e a extensa zona rural concentram apenas 15% da população (IBGE, 2017).

As (os) participantes da pesquisa foram 54 contadores da cidade de Vitória da Conquista-Ba. Foram caracterizados como critérios de inclusão profissionais contabilistas.

Na pesquisa foram preservados os direitos dos contabilistas selecionados, garantindo-lhes a liberdade de recusar a participação. A pesquisa não trará benefício direto aos participantes, entretanto espera-se que a mesma apresente maior compreensão sobre o objeto de estudo.

O método utilizado é o *survey*. De acordo com Michel (2009), o *survey* ou levantamento utiliza escalas de medidas, cuja intenção é medir e quantificar opiniões e atitudes. Gonçalves e Meirelles (2004) complementam que *survey* são pesquisas feitas com auxílio de variáveis quantitativas e com elevado grau de participantes.

Nesta pesquisa, como instrumento de coleta de dados, utilizou-se o questionário, que, segundo a concepção de Marconi e Lakatos (2012) consiste em um procedimento das ciências sociais, a fim de identificar opiniões, sentimentos, dentre outros fatos diversos até chegar a um diagnóstico.

Com base nas ideias de Marconi e Lakatos (2012), o questionário pode ser uma boa ferramenta de coleta de dados, o qual apresenta um conjunto de questões que são respondidas pelo pesquisado, sendo o formulário outra técnica de coleta de dados em que o pesquisador

estabelece questões antecipadamente formadas e anota as respostas. Gonçalves e Meirelles (2014) dizem que o instrumento questionário pode conter questões fechadas ou abertas.

O questionário abrangeu 15 (quinze) questões a fim de analisar quais as dificuldades encontradas pelos profissionais contábeis da cidade de Vitória da Conquista para se adequarem à escrituração contábil digital.

A pesquisa se desenvolveu com 54 (cinquenta e quatro) profissionais contábeis da cidade de Vitória da Conquista. Segundo Matias-Pereira (2012, p. 61), amostra é “a parte da população que é tomada como objeto de investigação da pesquisa. É o subconjunto da população.” Dado a omissão do Conselho Regional de Contabilidade (CRC), o qual não pôde informar a quantidade e nem o contato dos contabilistas por se tratar de informação sigilosa. Por esse motivo, foi utilizado a amostra possibilística.

Contudo, concluída a coleta dos dados, eles foram calculados e interpretados utilizando-se Microsoft Excel, favorecendo a análise quantitativa, por meio de tabelas para melhor visualização. Para o tratamento dos dados, foi utilizado técnicas estatísticas, simplificadas (tabulação no Excel), que possibilitou a construção de gráficos em forma de percentuais.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Este capítulo traz a apresentação, análise e discussão dos resultados encontrados junto aos contabilistas entrevistados.

4.1 PERFIL

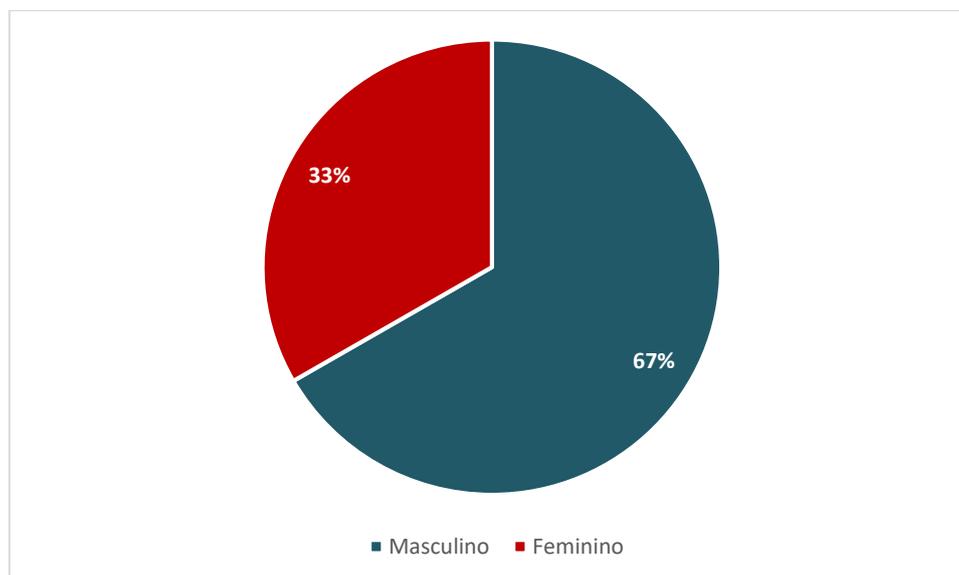
Inicialmente o estudo procurou construir um perfil dos profissionais da área contábil, objetivando descrever características dos respondentes.

Tabela 1 – Sexo

1-Sexo	Respondentes
Masculino	36
Feminino	18
Total	54

Fonte: Elaboração própria (2018).

Gráfico 1 – Sexo



Fonte: Elaboração própria (2018).

Dentre os profissionais entrevistados 67% são do sexo masculino e 33% feminino. Pode-se observar com esses resultados que os homens ainda são a maior parte dos profissionais da área contábil, assim como em muitas profissões no Brasil. Vale ressaltar, que apesar do aumento da participação feminina no mercado de trabalho ter aumentado ao

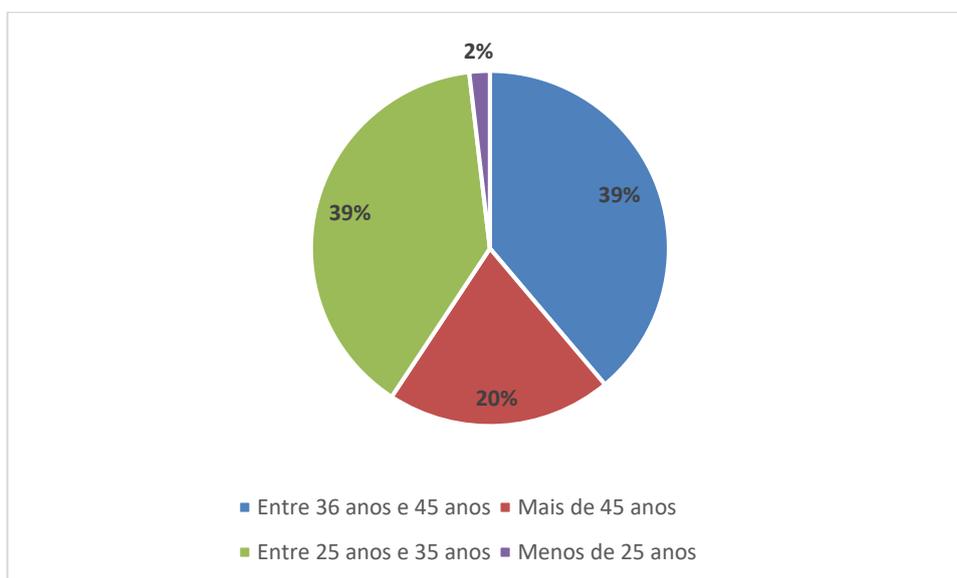
longo de décadas, as características que marcam a desigualdade no mercado de trabalho continuam presentes.

Tabela 2 – Faixa etária

2- Qual sua idade faixa etária?	Respondentes
Entre 36 anos e 45 anos	21
Mais de 45 anos	11
Entre 25 anos e 35 anos	21
Menos de 25 anos	1
Total	54

Fonte: Elaboração própria (2018).

Gráfico 2 – Faixa etária



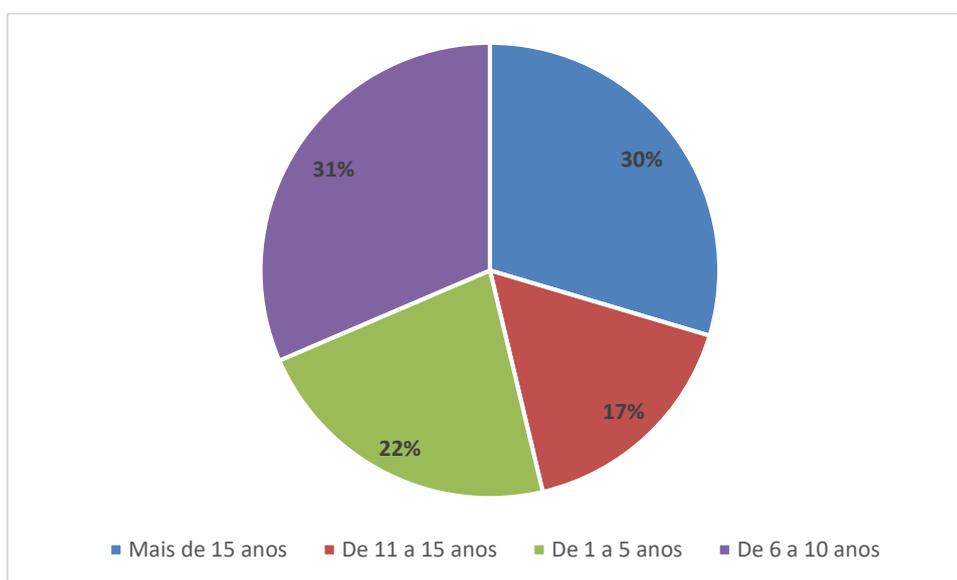
Fonte: Elaboração própria (2018).

Pode-se observar no Gráfico 2 que a maior parte dos entrevistados se encontram na faixa etária de 25 a 45 anos. Mas é inegável que a cada ano a quantidade de profissionais contábeis só aumenta no mercado de trabalho. Esse aumento é visto nas universidades em suas salas de aula.

Tabela 3 – Tempo de atuação na área contábil

3- Quanto tempo atua na área contábil?	Respondentes
Mais de 15 anos	16
De 11 a 15 anos	9
De 1 a 5 anos	12
De 6 a 10 anos	17
Total	54

Fonte: Elaboração própria (2018).

Gráfico 3 – Tempo de atuação na área contábil

Fonte: Elaboração própria (2018).

Com relação ao tempo de atuação profissional, de acordo com Gráfico 3 encontra-se um tanto equilibrado. Isso demonstra que aquele que escolhe a profissão contábil, dificilmente a troca por outra profissão, permanecendo assim no mercado de trabalho por muito tempo.

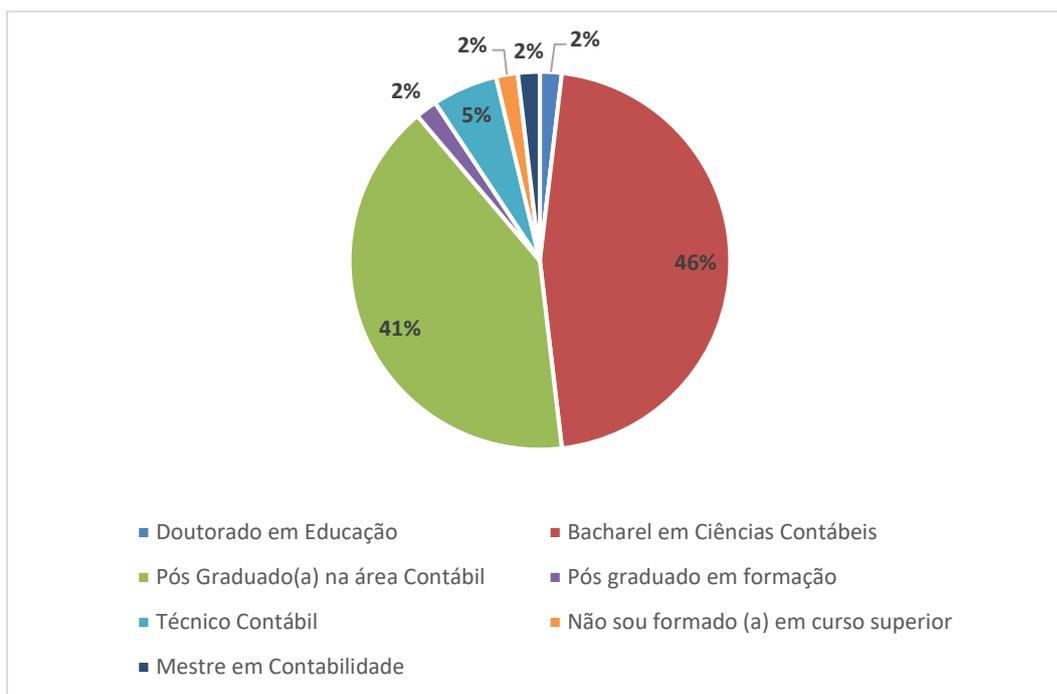
4.2 FORMAÇÃO

Tabela 4 – Formação profissional

4- Qual a sua formação profissional?	Respondentes
Doutorado em Educação	1
Bacharel em Ciências Contábeis	25
Pós-Graduado(a) na área Contábil	22
Pós-graduado em formação	1
Técnico Contábil	3
Não sou formado (a) em curso superior	1
Mestre em Contabilidade	1
Total	54

Fonte: Elaboração própria (2018).

Gráfico 4 – Formação profissional



Fonte: Elaboração própria (2018).

Como visto no Gráfico 4, de acordo com o total de entrevistados 46% são bacharéis ou contadores, 5% técnico contábil; 41% possui pós-graduação, 2% tem mestrado; 2% doutorado e 2% não possuem formação. Percebe-se que o número mais elevado de profissionais contábeis possui bacharelado e que após a conclusão da graduação busca-se

fazer uma pós-graduação como especialização, mas poucos seguem à frente e continuam esse caminho atrás de um mestrado ou doutorado.

Nesse contexto segundo Laffin (2001, p.25) o currículo de formação dos bacharéis em Ciências Contábeis, apesar de contemplar outras áreas do conhecimento é eminentemente técnico e não abriga uma preocupação de formação ampla, preocupando-se mais com a técnica de registro e controle isolados. O que chama a atenção nesses dados é a questão de os profissionais não possuírem mestrado ou doutorado, visto que na atualidade é de grande relevância ter especialização na área profissional.

5- Costuma fazer cursos para atualização profissional? Justifique.

Dos profissionais entrevistados a grande maioria respondeu que faz cursos de atualização e entendem que é preciso se especializar para executar seu trabalho com segurança e cumprir com todas as obrigações de maneira eficiente. Ou seja, o mercado pede isso de cada profissional.

4.3 CONCEPÇÃO DE VALORES NA ÉTICA PROFISSIONAL

6- Quais são os principais valores éticos a serem seguidos para a execução da profissão contábil?

Do total dos entrevistados as principais virtudes apontadas são: honestidade, responsabilidade e confiança.

7- É comum que profissionais da área ofereçam honorários mais baixos para angariar mais clientes? Justifique.

Aproximadamente cerca de 96% dos entrevistados concordam que essa prática ocorre corriqueiramente. Sendo um dos motivos apontados: a angariação de clientes.

8- O que se deve levar em consideração para compor realmente o valor a ser cobrado como honorários dos serviços prestados?

De acordo com as respostas obtidas para essa pergunta, são um conjunto de fatores que se deve levar em consideração para a composição do honorário a ser cobrado. Dentre os diversos pontos abordados, estão: a qualidade do serviço, o tempo empenhado, a complexidade e a responsabilidade.

A classe contábil necessita manter elevados padrões éticos junto à sociedade como pré-requisito essencial para a sua própria sobrevivência.

Nesse contexto a moral representa a ação e a ética. Como moral é a experiência vivida na prática; a ética é o que deveria ser em teoria. A ética estuda, aconselha, e até ordena; a moral é expressão da coexistência.

Vale ressaltar que a sociedade tenta buscar instrumentos para “fiscalizar” e exercer controle social sobre as ações das pessoas, organizações públicas e privadas, estimulando-as a buscar o bem-estar de todos. Podemos exemplificar: órgãos de defesa do consumidor, a divulgação maciça na mídia de má conduta no meio empresarial e as mudanças na legislação que ampliam as possibilidades de sanções para práticas comerciais ilícitas.

Nesse aspecto, desde o advento do Decreto-Lei 9.295/46, os profissionais da contabilidade já se reocupavam com a conduta técnico-profissional dos seus pares. Entretanto, a questão ética ficava a desejar, pois a lei visa apenas às questões disciplinares.

Os contadores e técnicos em contabilidade devem, no exercício profissional, observar regras de conduta, a fim de manter o respeito da sociedade para com a sua profissão. O Código de Ética Profissional do Contabilista, Resolução CFC nº 803/96, confere aos Conselhos de Contabilidade poderes para inibir as ações antiéticas. A profissão contábil, de maneira majoritária, deve concordar em seguir tais regras, para que todos se sintam obrigados a cumprir o Código.

Os princípios fundamentais que regem o exercício profissional do contabilista sintetizam os valores que, de acordo com o entendimento da classe, devem nortear a sua conduta profissional.

O zelo implica empenho extraordinário na execução dos deveres e obrigações que o profissional tem sob sua responsabilidade, com o cuidado e a atenção necessários em cada situação. Ser zeloso em suas atividades implica, por exemplo, que o profissional deve evitar, na escrituração contábil, a ocorrência de erros que possam acarretar sanções fiscais ou a tomada de decisões equivocadas por parte do cliente.

Em Contabilidade, o Princípio da Oportunidade determina que o registro do patrimônio e suas mutações sejam feitos de maneira imediata. Portanto, a informação contábil deve ser registrada de modo tempestivo e com rapidez.

A honestidade corresponde à conduta decente e proba em toda e qualquer circunstância da atividade profissional. Não cabe ao profissional mentir ao cliente ou a qualquer um dos usuários das demonstrações contábeis que ele elabora. Agir com desonestidade implica perda de confiança junto à sociedade.

Ser um profissional da área contábil, ou seja, um gestor de informações exige responsabilidades fundamentais para um correto desempenho de sua atividade, e o Código de Ética Profissional do Contabilista, estabelecido pela resolução CFC, nº- 803/96 regulamenta no artigo 1º, os deveres profissionais: Neste contexto, percebe-se que, estar preparado para o mercado de trabalho atual, é dispor de conhecimentos técnicos suficientes para exercer, com dignidade e perfeição, e a atividade profissional.

Assim, é cabível lembrar que, a profissão pode se tornar nobre pela ação correta e competente, bem como, pode também levar a desmoralização, através da conduta inconveniente, com a quebra de princípios éticos.

Desse modo, o contabilista tem uma responsabilidade sobre as tarefas que desempenham, se destacando algumas fundamentais e que devem ser observadas por estes profissionais, como: a forma de escrituração, a responsabilidade em elaborar e assinar documentos e demonstrativos contábeis e a responsabilidade de conservar e guardar os documentos contábeis. Então, é necessário, a estes profissionais, ter uma consciência profissional bem formada, fundamentada no Código de Ética, nos Princípios Fundamentais de Contabilidade, nas Normas Brasileiras de Contabilidade, bem como, na Legislação Comercial, Fiscal e Societária, para que possa, ao desempenhar sua atividade.

É de fundamental importância a busca do conhecimento e atualização profissional, pois, em uma sociedade, na qual a concorrência é cada vez maior, se faz necessário que os profissionais de Contabilidade busquem, constantemente, se atualizarem, porque gerar conhecimento é uma das formas de exercer a ética, perante o mercado de trabalho.

Desta forma, o perfil do contador, necessário para desempenhar as funções exigidas pela sociedade atual, compreende força de caráter, honestidade, atualização permanente, percepção da realidade sócio-política e econômica que o envolve, empreendedorismo e visão multidisciplinar do processo da gestão empresarial. Enfim, os contabilistas têm tido, ao longo da história, o dever de se adaptarem às circunstâncias para cumprirem bem a ética profissional.

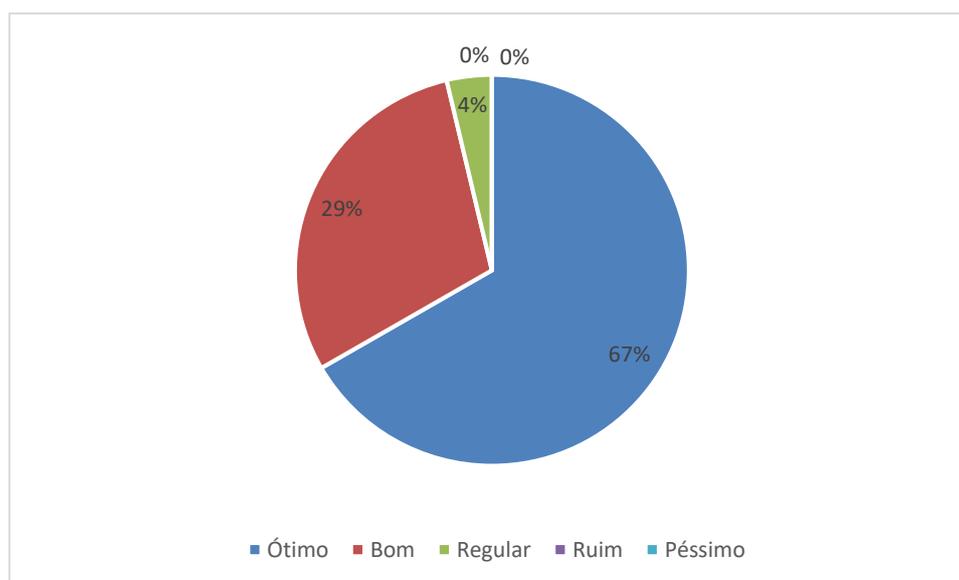
4.4 CONCEPÇÃO DE TECNOLOGIA

Tabela 5 – Importância do investimento da área SGC

9- Como você classifica a importância do investimento na área de SGC (Sistemas Gerenciais Contábeis) para melhor adequação e controle das informações fornecidas ao fisco?	Respondentes
Ótimo	36
Bom	16
Regular	2
Ruim	0
Péssimo	0
Total	54

Fonte: Elaboração própria (2018).

Gráfico 5 – Importância do investimento da área SGC



Fonte: Elaboração própria (2018).

Ao serem questionados sob a forma de como classificam a importância do investimento na área de sistemas gerenciais, no sentido de adequar melhor o controle das informações o resultado ocorreu da seguinte maneira: 67% consideram ótimo; 29% bom 4% ruim (Gráfico 5).

De acordo Padoveze (2009) o acesso à informação ajuda a desenvolver a capacidade de decodificá-la, identificando o conhecimento que nela está contido e saber aplicar esses conhecimentos no momento adequado, são vitais para o aumento da capacidade da

concorrência e do desenvolvimento das atividades comerciais que são cada vez mais competitivas.

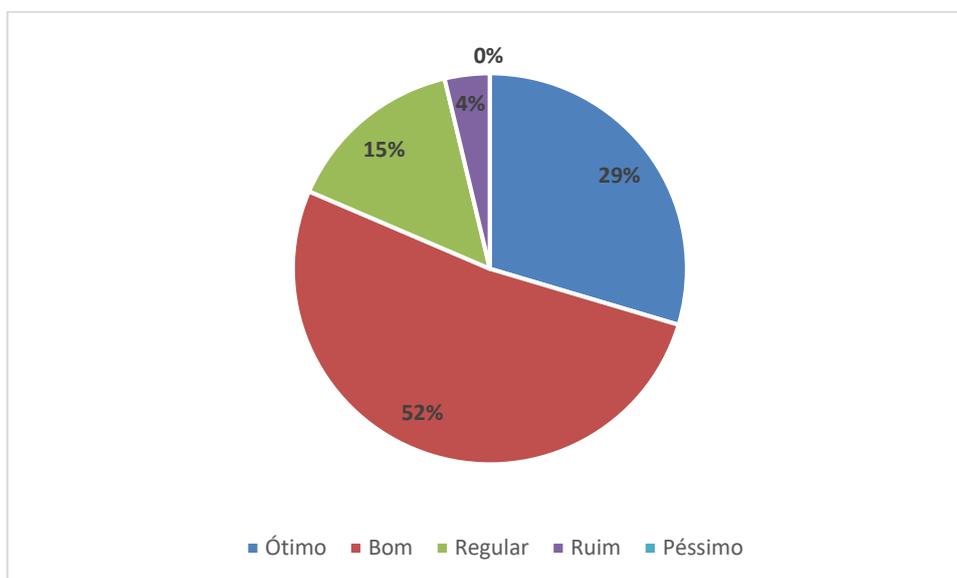
4.5 CONCEPÇÃO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

Tabela 6 – Rotinas diárias

10- Na sua visão, com a implantação do SPED contábil, como se encontra a situação de suas rotinas diárias?	Respondentes
Ótimo	16
Bom	28
Regular	8
Ruim	2
Péssimo	0
Total	54

Fonte: Elaboração própria (2018).

Gráfico 6 – Rotina diária após implantação do SPED



Fonte: Elaboração própria (2018).

Quando perguntados sobre como sua rotina diária de trabalho se encontra com a implantação do SPED, 52% afirmaram que bom; 29% ótimo; 15% regular e 4% ruim (Gráfico 6).

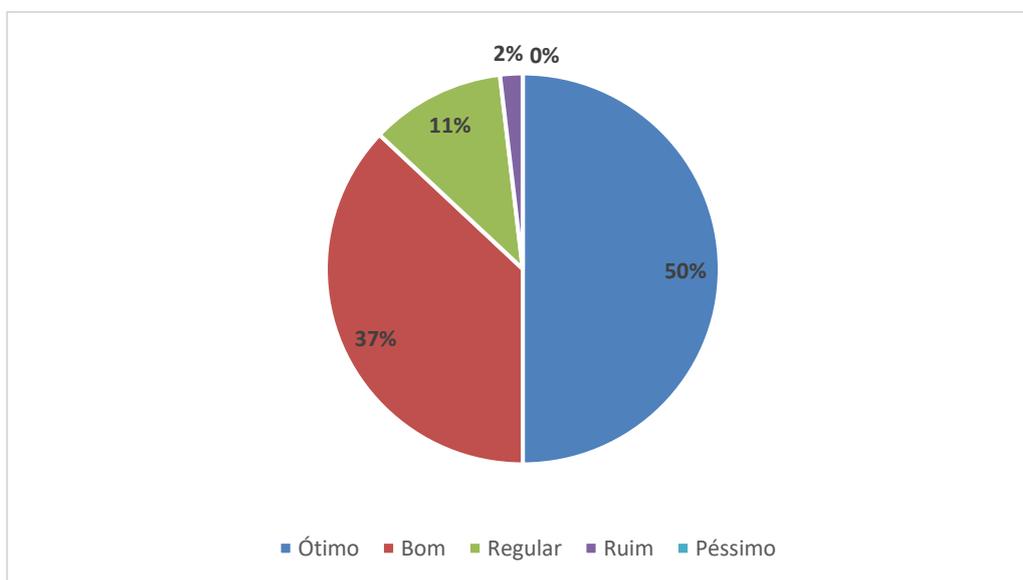
A contabilidade digital trouxe alterações nas empresas principalmente com o Decreto nº 6.022 -22/01/07, que criou o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que constitui um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes, visto que “o SPED constitui-se em uma revolução, caracterizada pela transição da Contabilidade em papel para a Digital” (Geron, Finatelli, Faria & Romeiro, 2011, p. 21).

Tabela 7 – Registros eletrônicos

11- Com o SPED contábil os registros passaram a ser elaborados eletronicamente. Como você avalia essa nova forma de escrituração?	Respondentes
Ótimo	27
Bom	20
Regular	6
Ruim	1
Péssimo	0
Total	54

Fonte: Elaboração própria (2018).

Gráfico 7 – Avaliação da nova forma de escrituração



Fonte: Elaboração própria (2018).

O processo de escrituração de antigamente, comparado à ECD, foi um dos focos da pesquisa. Sobre a questão de como os profissionais avaliam essa nova forma de escrituração 37% considera boa; 50% ótimo; 11% regular e 2% ruim (Gráfico 7).

Nesse contexto percebe-se que a grande maioria dos entrevistados conseguiram se adequar bem a nova forma de escrituração, visto que a implantação do SPED chegou com o intuito de modernizar a contabilidade, dando maior eficiência e rapidez no processamento das informações, passando de um sistema informatizado no qual o arquivamento de papéis ainda é muito presente para um sistema digital no qual as informações fornecidas pelos contribuintes são integradas juntamente com o fisco a partir de um arquivo digital.

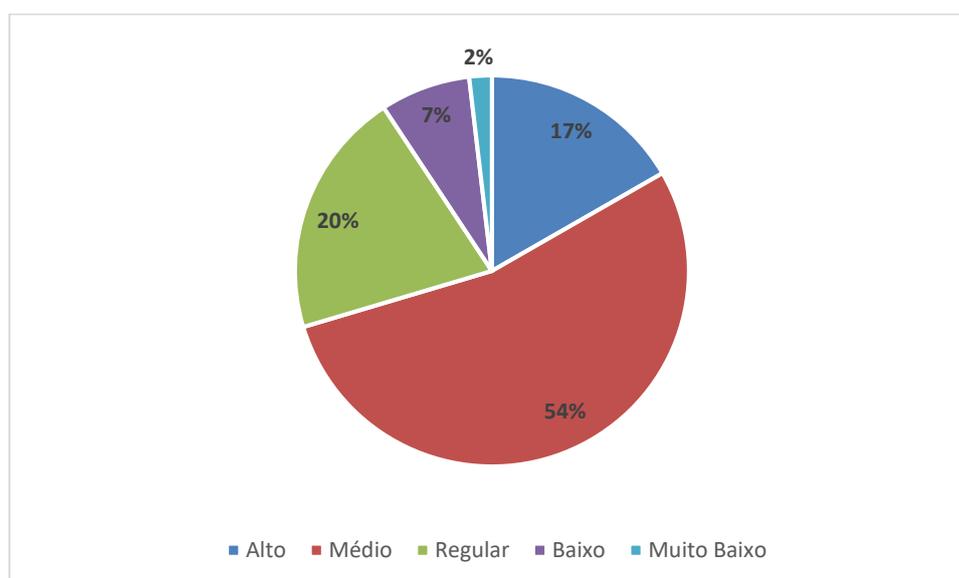
Assim cabe aos profissionais atuais se especializarem no sentido de se adequarem cada vez mais a esse novo sistema de escrituração.

Tabela 8 – Grau de conhecimento em relação ao uso do SPED

12- A partir da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), qual é o seu grau de conhecimento em relação ao uso do sistema?	Respondentes
Alto	9
Médio	29
Regular	11
Baixo	4
Muito Baixo	1
Total	54

Fonte: Elaboração própria (2018).

Gráfico 8 - Grau de conhecimento em relação ao uso do SPED



Fonte: Elaboração própria (2018).

Buscou-se com este estudo avaliar a percepção dos contadores perante o conhecimento individual em relação ao uso do sistema, considerando a atualização constante das normas, utilização de manuais, a participação em palestras entre outros.

Quando questionados sobre o seu grau de conhecimento em relação ao SPED, 17% consideram possuir um alto nível de conhecimento; 7% baixo; 54% afirmam possuir um nível mediano de conhecimento, 20% regular como demonstra e 2% um nível muito baixo (Gráfico 8).

Analisando esses dados percebe-se que 54% afirmam possuir um nível mediano de conhecimento relacionado ao SPED, é um percentual relevante, se levarmos em consideração que o sistema ainda é novidade para muitos profissionais que buscam se adequar e mostrar a seus clientes que essa ferramenta é de grande valia para o fornecimento de informações rápidas, aumento da segurança das informações, entre outros.

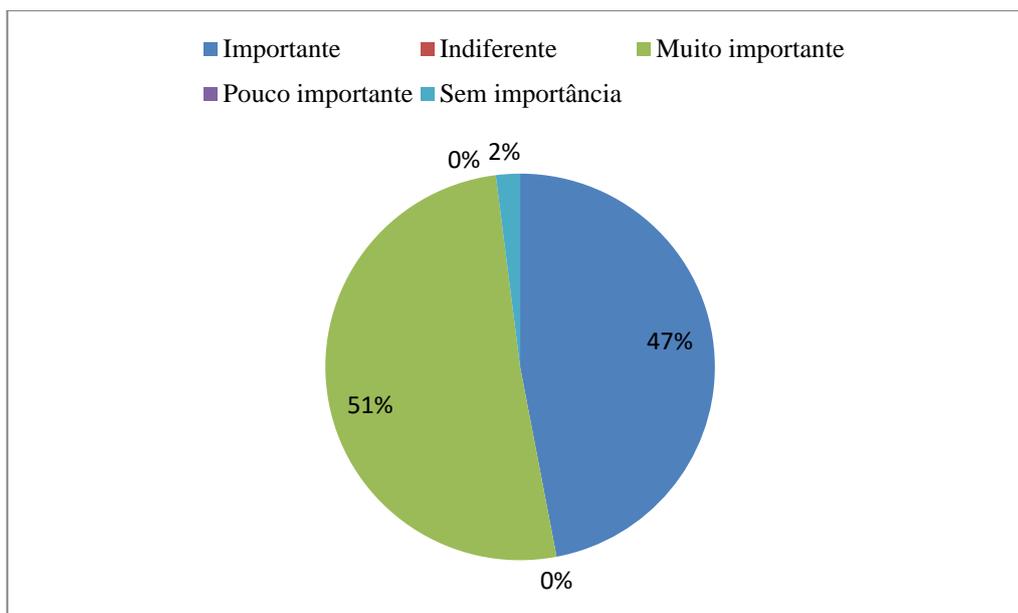
Na categoria a seguir foram avaliados 5 itens relacionada ao SPED, dentro da classificação do grau de importância para os profissionais contábeis, as questões foram Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas; Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes e Aperfeiçoamento do combate à sonegação.

Tabela 9 – Uso do SPED

13- Em relação ao SPED, classifique os itens conforme seu grau de importância.	Classificação				
	Muito importante	Importante	Indiferente	Pouco importante	Sem importância
Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas;	28	25	0	0	1
Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais;	36	18	0	0	0
Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes;	27	24	1	1	1
Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel;	35	16	2	1	0
Aperfeiçoamento do combate à sonegação.	36	17	1	0	0

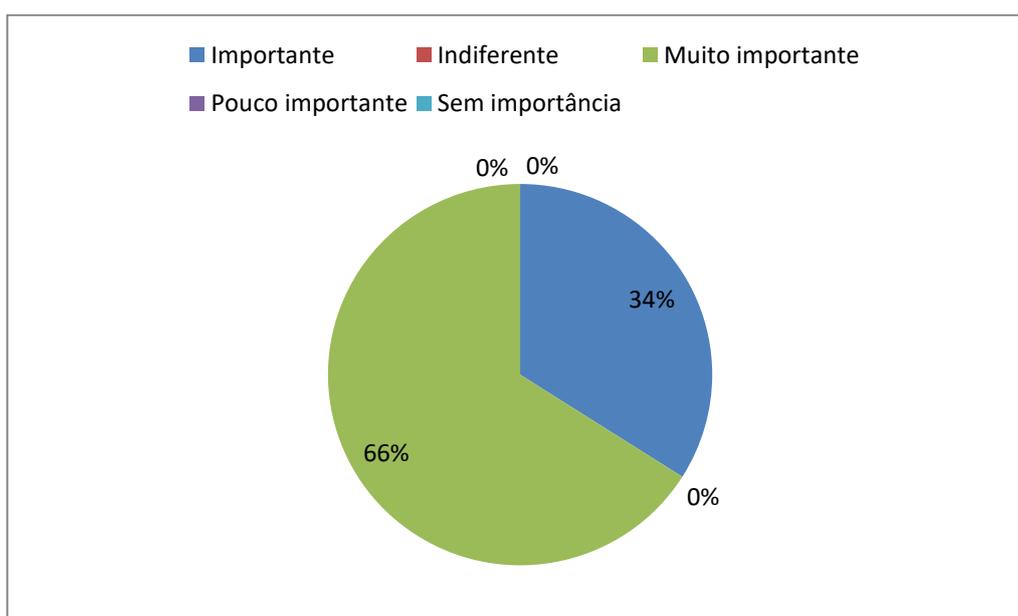
Fonte: Elaboração própria (2018).

A partir da Tabela 9, derivou-se cinco gráficos, os quais estão dispostos a seguir:

Gráfico 9 – Uniformização das informações que o contribuinte presta unidades federadas

Fonte: Elaboração própria (2018).

Quando questionados sobre o grau de importância das informações que o contribuinte presta as unidades federadas 47% acham importante; 51% muito importante; 2% sem importância (Gráfico 9). Nesse contexto salienta-se que a qualidade das informações obteve melhorias, em função da padronização digital das informações e do sistema unificado.

Gráfico 10 – Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais

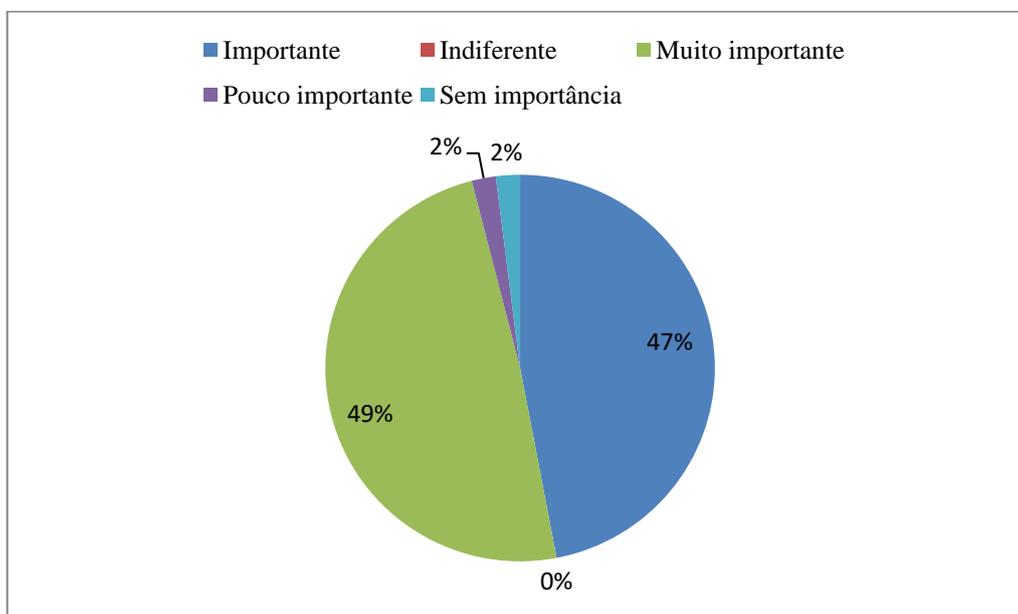
Fonte: Elaboração própria (2018).

Quando abordados sobre o grau de importância da possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais 34% considera importante e 66% muito importante (Gráfico 10). Nessa ótica, ressalta-se que o SPED possibilitou que todas as informações fossem cruzadas eletronicamente no SPED, otimizando as auditorias e os resultados.

A mera emissão de uma nota fiscal eletrônica (NFe), por exemplo, permite à Receita identificar remetente e destinatário, mercadoria, quantidade, valor, tributos e outras informações relativas à operação. Assim, antes da apresentação das obrigações acessórias, o Fisco tem uma prévia da apuração das informações da movimentação do contribuinte relativa a cada período. Por causa disso, já é capaz de comparar os dados e os arquivos gerados para outras obrigações fiscais.

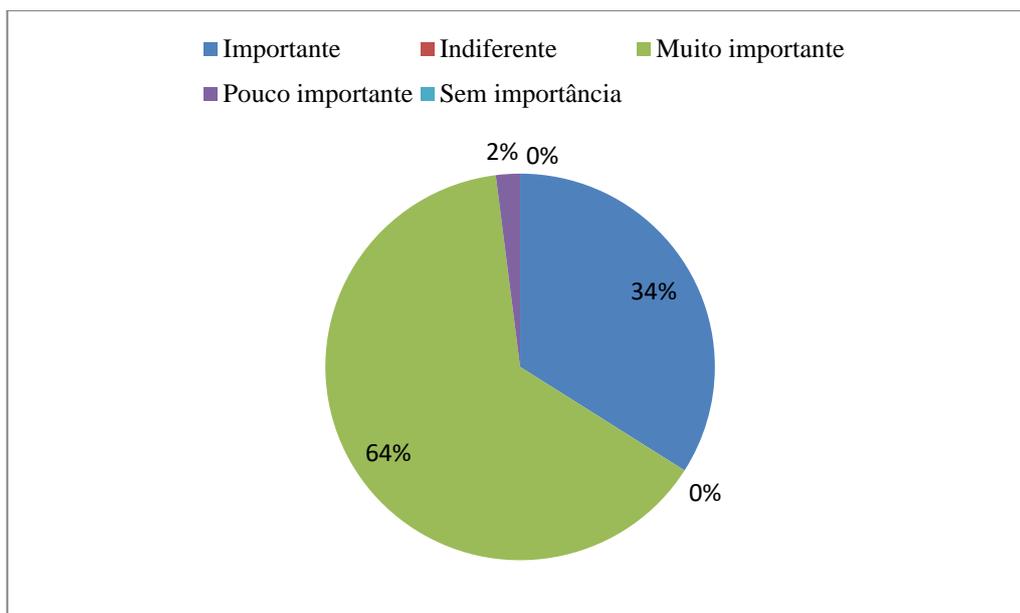
O cruzamento eletrônico expõe os contribuintes à fiscalização mais rigorosa e, conseqüentemente, ao risco de autuações. A conferência de dados, inclusive, não se restringe ao período fiscal vigente, uma vez que o Fisco mantém o histórico de informações dos últimos 5 anos. Também não se restringe ao cruzamento entre obrigações, abrangendo o cruzamento de informações em cada arquivo individualmente.

Gráfico 11 – Disponibilidade de cópias da escrituração para usos distintos



Fonte: Elaboração própria (2018).

Com relação ao grau de importância da disponibilidade de cópias autênticas da escrituração para usos distintos, 47% consideram importantes; 49% muito importante; 2% pouco importante e 2% sem importância (Gráfico 11).

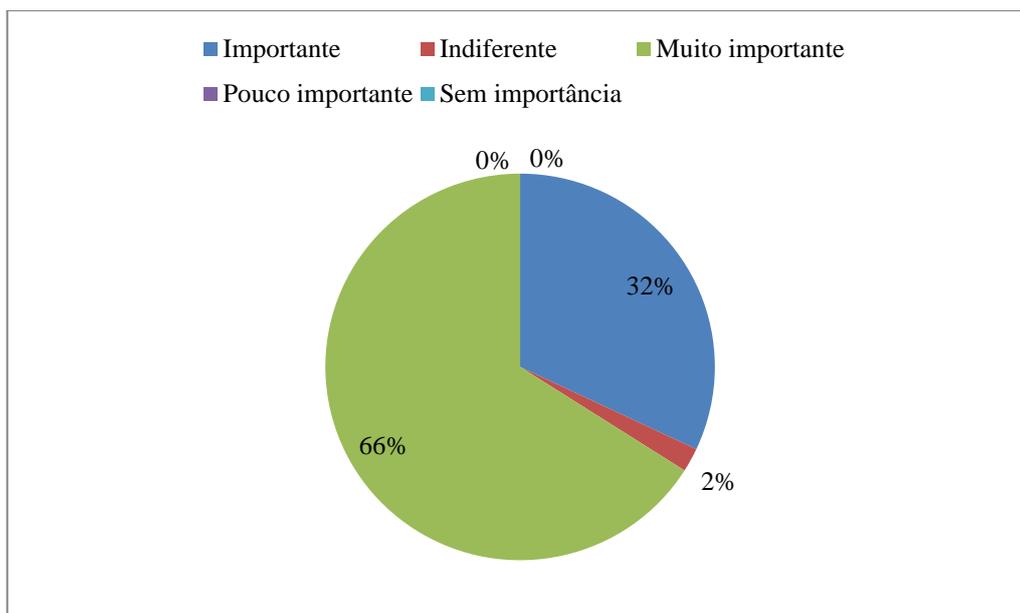
Gráfico 12 – Preservação do meio ambiente

Fonte: Elaboração própria (2018).

Quando questionados sobre a importância da preservação do meio ambiente ao se reduzir o consumo de papel, 34% consideram importantes; 64% muito importante e 2% pouco importante como demonstra o Gráfico 12.

Na atualidade a preocupação com o meio ambiente aumentou de forma significativa, impactando diversos setores. Embora não tenha sido criado diretamente para este propósito, o SPED tem-se consolidado como uma ótima ferramenta de proteção ambiental.

De acordo com o supervisor técnico do SPED Contábil, Márcio Tonelli em seu artigo “A Sociedade já está começando a perceber os benefícios” (2007), o com a utilização do SPED Contábil as empresas com certeza além de contribuir com a questão ambiental irão reduzir seus custos. Com isto também será reduzido o Custo-Brasil.

Gráfico 13 – Aperfeiçoamento do combate à sonegação

Fonte: Elaboração própria (2018).

Dos participantes da pesquisa, 66% consideram muito importante o aperfeiçoamento de combate à sonegação; 2% foram indiferentes a essa questão e 32% importante (Gráfico 13).

Sabe-se que o Brasil é o país campeão em relação à corrupção e nesse ambiente, destaca-se a sonegação de impostos. De acordo com índices, evidenciam-se que as estatísticas sobre sonegação fiscal são mais elevadas quando analisadas em pequenas e médias empresas, haja vista que o pensamento dos empresários desse tipo de entidade considera que os órgãos de fiscalização só concentram a atenção em empresas de grande porte, o que decididamente, não é verdade. Nesse contexto o SPED entra como uma ferramenta no combate a fiscalização.

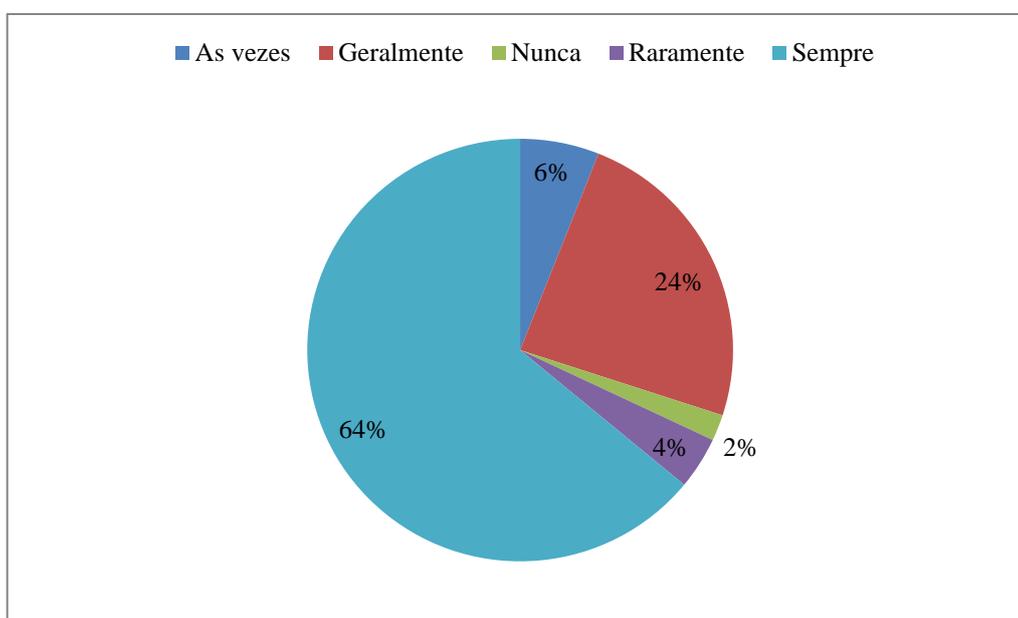
Na categoria seguinte foram analisados cinco itens que foram relacionados com a experiência dos profissionais com o SPED, classificados da seguinte maneira: Possuir conhecimento e domínio dos procedimentos contábeis; Ter domínio em informática e utilização de softwares; Experiência no meio contábil, adquirido com as rotinas diárias; Transição da antiga forma de escrituração contábil para a nova forma através do SPED e Possuir curso na área contábil, seja técnico ou superior.

Tabela 10 – Experiência com o SPED

14- Diante de sua experiência com o SPED Contábil, classifique os itens a seguir.	Classificação				
	Sempre	Geralmente	Às vezes	Raramente	Nunca
Possuir conhecimento e domínio dos procedimentos contábeis;	35	13	3	2	1
Ter domínio em informática e utilização de softwares;	34	15	4	0	1
Experiência no meio contábil, adquirido com as rotinas diárias;	38	12	3	1	0
Transição da antiga forma de escrituração contábil para a nova forma de escrituração através do SPED;	29	16	6	2	1
Ter curso na área contábil, seja técnico ou superior.	40	7	6	1	0

Fonte: Elaboração própria (2018).

A partir da análise da Tabela 10, originou os cinco gráficos a seguir:

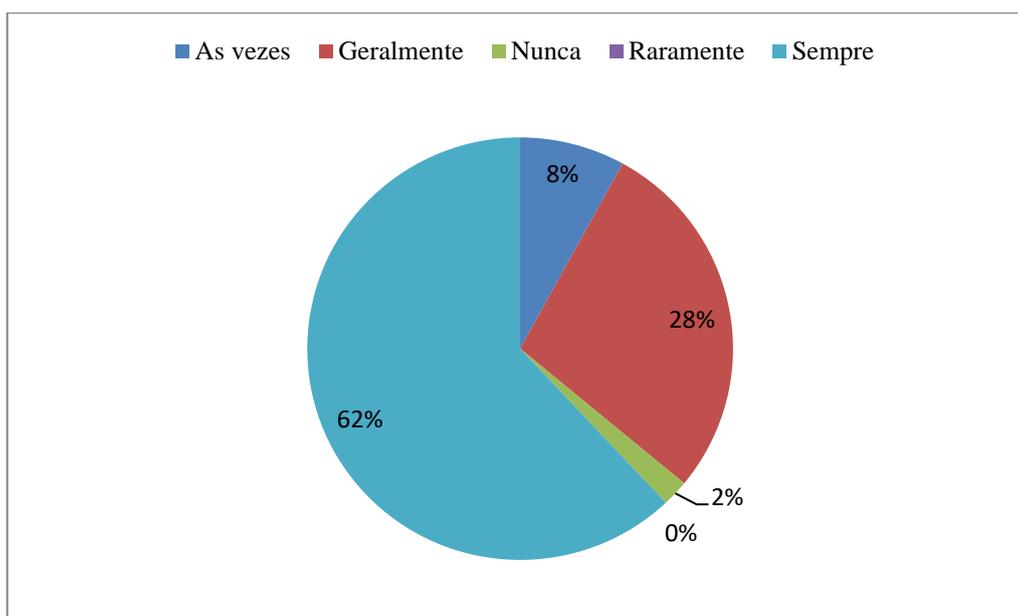
Gráfico 14 – Conhecimento e domínio dos procedimentos contábeis

Fonte: Elaboração própria (2018).

Quando abordados sobre possuírem domínio e conhecimento sobre os procedimentos contábeis 6% afirmaram que às vezes; 24% geralmente; 2% nunca; 4% raramente e 64% sempre buscam conhecimento, como demonstra o Gráfico 14. A competência é entendida como a capacidade de algo ou alguém para realizar determinada função com sucesso (FLEURY; FLEURY, 2001).

Diante dessas informações, nota-se que os profissionais da Contabilidade ainda não estão totalmente sincronizados com a nova tecnologia da escrituração digital, devendo, portanto, buscar cursos de aperfeiçoamento e treinamentos que possam capacitá-los e fornecerem maior segurança para execução do SPED.

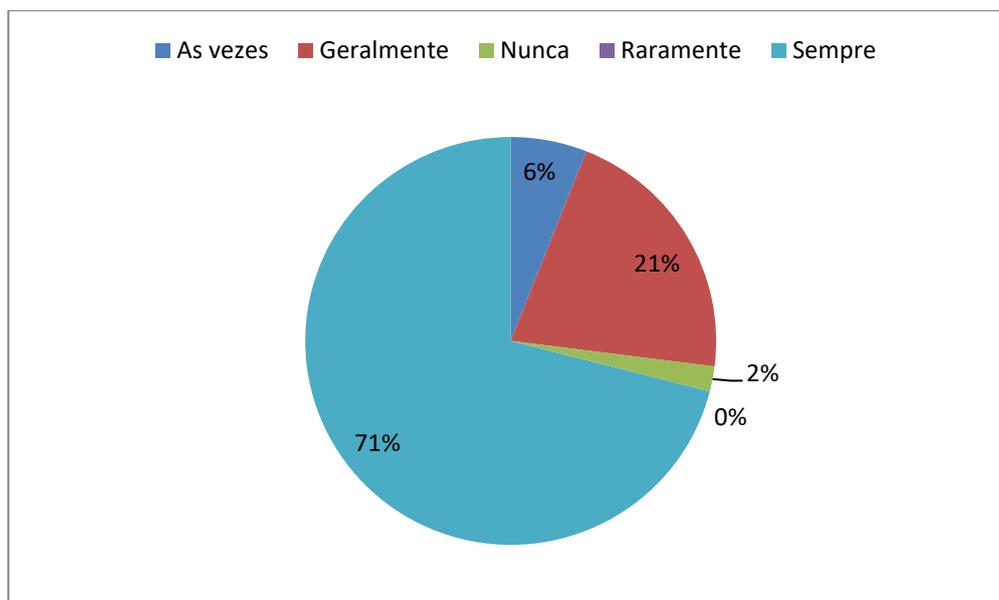
Gráfico 15 – Domínio em informática e utilização de softwares



Fonte: Elaboração própria (2018).

Quando questionados sobre terem domínio em informática e utilização de softwares 8% afirmam que às vezes; 28% geralmente; 2% nunca e 62% sempre (Gráfico 15).

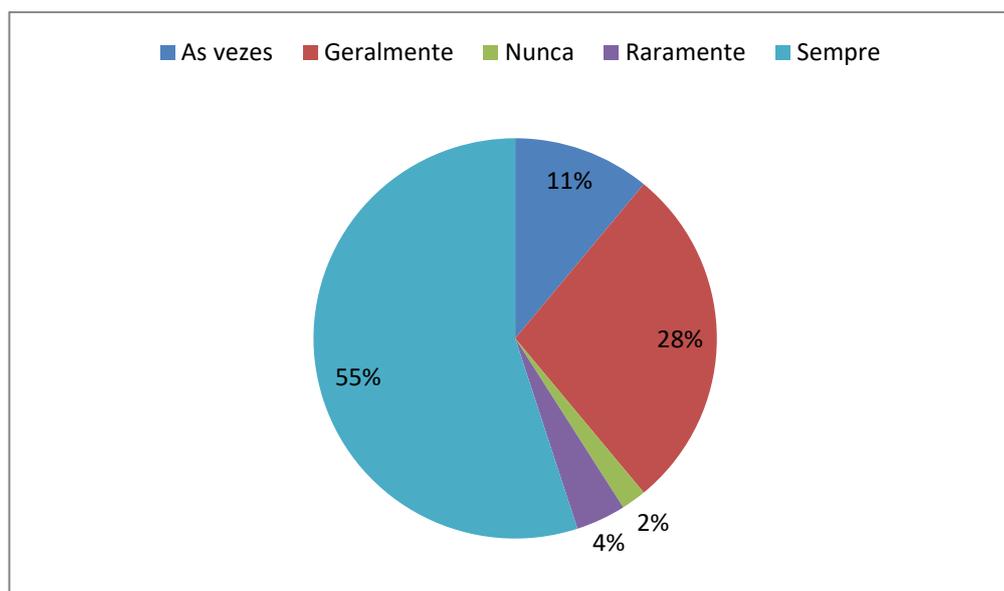
Com base nesses percentuais, é de suma importância que os profissionais que atuam diariamente com esses *softwares* busquem aperfeiçoamento de conhecimento, bem como exijam maior suporte por meio dos Conselhos Regionais e das autoridades fiscais.

Gráfico 16 – Experiência contábil, adquirido com as rotinas diárias

Fonte: Elaboração própria (2018).

Ao serem perguntados sobre adquirirem experiência contábil com as rotinas desenvolvidas diariamente, 6% afirmaram que às vezes adquirem; 21% geralmente; 2% nunca e 71% sempre adquirem experiências (Gráfico 16).

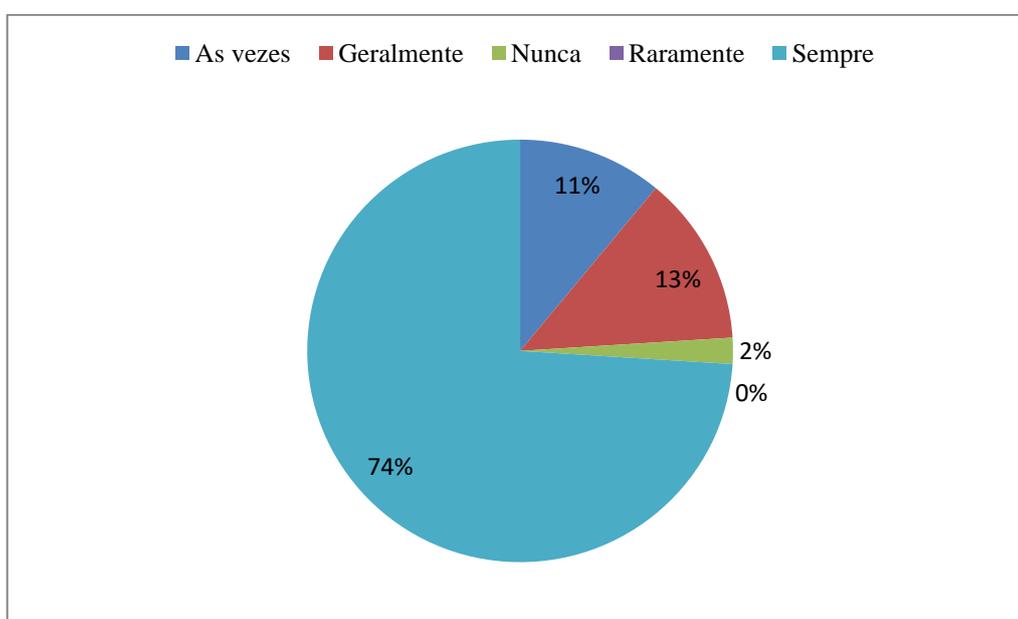
A intensidade do conhecimento e experiência é requerida por conta da atualidade que vivenciamos, onde a característica fundamental é a utilização da maior parte da força de trabalho como pesquisadores do conhecimento.

Gráfico 17 – Transição da antiga de escrituração contábil para a nova através do SPED

Fonte: Elaboração própria (2018).

Com relação a ter dificuldade diante da transição da antiga escrituração contábil para a atual, 11% afirmaram às vezes; 28% geralmente; 2% nunca; 4% raramente e 55% sempre, como demonstra o Gráfico 17. Nesse contexto fica evidente que os principais desafios e as barreiras surgidas com a implantação do SPED compreenderam a capacitação profissional, o planejamento tributário das empresas devido à maior exposição fiscal, a organização e revisão de forma sistemática dos processos contábeis, administrativos e dos sistemas de apoio à gestão empresarial.

Gráfico 18 – Curso na área contábil seja técnico ou superior



Fonte: Elaboração própria (2018).

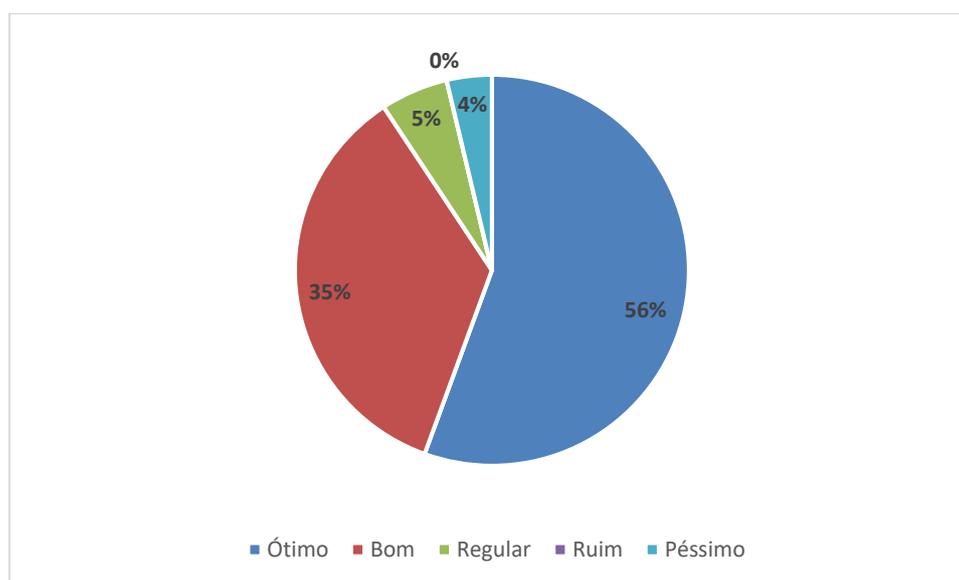
Ao serem questionados sobre atualização profissional, 11% fazem cursos às vezes; 13% geralmente; 2% nunca e 74% sempre fazem um ou mais cursos (Gráfico 18).

Esse percentual é de grande relevância uma vez que os profissionais atuais necessitam possuir informações satisfatórias dos sistemas de informação, utilizando-se da mais alta tecnologia, principalmente com o auxílio dos serviços disponibilizados na internet, para se adequarem a era digital, se familiarizando cada vez mais com esse novo processo.

Tabela 11 – Classificação da evolução contábil com o advento do SPED

15 - Em relação a escrituração contábil, como você classifica essa evolução com o advento do SPED?	Respondentes
Ótimo	30
Bom	19
Regular	3
Ruim	0
Péssimo	2
Total	54

Fonte: Elaboração própria (2018).

Gráfico 19 – Classificação da evolução contábil com o advento do SPED

Fonte: Elaboração própria (2018).

Com relação a como o profissional classifica a evolução contábil com o advento do SPED, 35% consideram boa; 56% ótimo; 4% péssimo e 5% regular (Gráfico 19). Esse fato é devido abrangência e inovação ao tratamento de interação e aprimoramento tecnológico que interliga de forma direta e em tempo real: fisco, empresa (empresário) e profissionais contábeis". (LIMAX, 2012).

Segundo a Receita Federal do Brasil (2016): "De modo geral, consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores [...]".

Nessa ótica, após a criação do SPED o governo teve uma aproximação a mais com os contribuintes podendo compartilhar informação, ocorrendo assim a diminuição da evasão fiscal (AZEVEDO; MARIANO,2009). Isso permitiu que as informações fiscais e contábeis

entre os contribuintes e o fisco fossem de forma digital e informatizada, por meio de sistema de transmissão, havendo um controle mais rígido por parte do governo através das informações prestadas pelas empresas.

5 CONCLUSÃO

Este capítulo tece as considerações finais do trabalho, descreve suas limitações e apresenta recomendações.

O SPED unificou as informações entre a Receita Federal, Estados, Municípios e Distrito Federal, colocando a contabilidade na era digital, e permitindo aos escritórios de contabilidade uma nova forma de trabalho. Esse sistema revolucionou, pois substituiu a escrituração em livros, documentos em papel, fazendo com que o acesso às informações sejam rápidas, havendo assim menores possibilidades de erros.

Vale ressaltar que as empresas que possuem um sistema de TI estruturado, as mudanças que ocorrem no SPED acabam sendo menos problemáticas, enquanto que para as pequenas e médias empresas precisam reformular toda sua estrutura e cultura de gestão.

A questão problema foi respondida, pois foi possível analisar os aspectos da escrituração digital diante da percepção do profissional contábil.

O objetivo central deste trabalho foi analisar os aspectos da escrituração digital, na rotina diária, sob a perspectiva do profissional contábil, o qual foi alcançado por ter atingido os objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico dessa investigação foi identificar o perfil dos profissionais contábeis, atuantes no município de Vitória da conquista. Assim foi possível identificar que ainda é predominante a presença de homens em relação as mulheres nesta profissão. Além de determinar a faixa etária, o tempo de atuação no mercado de trabalho e a sua formação.

O segundo objetivo específico demonstrar os benefícios da escrituração digital. Através do SPED há uma redução dos custos de movimentação, e do armazenamento de documentos, além do sistema simplificar a administração tributária da sua empresa na medida em que padroniza as informações prestadas ao governo. Há ainda a segurança na emissão e no controle da Nota Fiscal Eletrônica (NFE), A implantação do SPED permite ainda que você tenha rapidez no acesso às informações, no controle e no cruzamento de dados contábeis e fiscais.

O terceiro objetivo específico, apresentar as dificuldades dos profissionais contábeis para se adequarem ao SPED. Boa parte dos entrevistados declararam ter conhecimento mediano em relação ao sistema, o que proporciona muitas vezes, dificuldades para

cumprirem com o prazo legal para transmissão do arquivo, além de erros que podem ocorrer no mesmo, por falta de especialização.

A hipótese foi confirmada visto que, a tecnologia implementada com a escrituração digital permitiu ao fisco o cruzamento de dados, sendo possível verificar a veracidade das informações prestadas pelas empresas. Dessa maneira, a escrituração tem de ser feita por um profissional capacitado.

O preenchimento dos documentos digitais exige cuidado e atenção em função do detalhamento. O número de informações a ser entregue é o mesmo, a consequência é um aumento da presença fiscal nas transações de qualquer empresa e a diminuição das possibilidades de manobra, inviabilizando que hajam fraudes ou sonegação.

A implantação do sistema proporciona benefícios tanto para o contribuinte quanto para a Receita. O Governo passou a ter maior controle sobre as informações prestadas. O contribuinte entrega suas obrigações acessórias com mais eficiência.

Nesse contexto, profissional contábil é um agente de mudanças, possuindo um papel muito importante durante todo o processo de implantação do SPED, pois o sistema traz muitas vantagens aos serviços contábeis, incluindo toda a praticidade com a redução de retrabalhos de escrituração até a redução de custos com a emissão e armazenamento de documentos em papéis.

A escrituração digital apresenta características que reforçam a sua utilização se comparada aos meios manuais. A garantia de integridade dos arquivos enviados ao fisco é fator positivo, uma vez que os arquivos possuem um *hash*. Este é basicamente um resumo do conteúdo enviado. É a garantia que todas as informações do arquivo não foram alteradas. Se em determinada rota do envio houver alguma alteração no arquivo, o *hash* não irá coincidir, assegurando que o arquivo original foi modificado.

O profissional que por muito tempo era apenas um mero emissor de guias para o recolhimento de tributos e apenas transmissor de declarações, o que praticamente já não existe mais. As novas tecnologias exigem um novo perfil contábil, pois o contabilista deve se manter atualizado e ter uma visão futura e ampla das necessidades do mercado em que atua.

O SPED se tornou um elemento essencial no mundo empresarial, sem o qual não há a continuidade da gestão na empresa, pois a relação criada entre o fisco e o contribuinte é irreversível.

5.1 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Embora os resultados desta pesquisa sejam relevantes, podendo levantar questões a respeito da importância do SPED e seu impacto para os profissionais contábeis, é válido salientar algumas limitações. Primeiramente, o estudo foi feito com uma amostra considerada pequena, porém representativa do número de profissionais da área contábil. Assim, são necessários outros estudos com amostras maiores, a fim de identificar outras variáveis de impacto sobre a importância do campo da escrituração digital e comparar resultados.

Ainda, como o próprio estudo aponta, em função da importância do SPED para os profissionais ter um componente individual e contextual, é necessário que pesquisas relacionadas ao impacto do SPED para profissionais da área contábil sejam realizadas, no sentido de se identificar especificidades em termos dos benefícios que essa nova forma de escrituração trouxe.

5.2 RECOMENDAÇÕES

O SPED se tornou um elemento essencial no mundo empresarial, sem o qual não há a continuidade da gestão na empresa, pois a relação criada entre o fisco e o contribuinte é irreversível. Assim os profissionais da área contábil precisam sempre se adequar a essa nova era.

Para que os profissionais da área contábil realizem trabalhos de qualidade, propõem-se também, realização de cursos de atualização profissional com metodologia ativa que os incentive e prepare cada vez mais para concorrido mercado.

Sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas para que a temática seja esplanada em um universo maior de profissionais contábeis participantes, considerando a relevância do assunto para comprometimento organizacional.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica: Um Guia para a produção do Conhecimento Científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. Disponível em: <http://portal.fainor.com.br:8080/web/aluno/biblioteca-virtual#_48_INSTANCE_rtvsZ9hAeYAB_=http%3A%2F%2Fportal.fainor.com.br%3A8080%2F%2Fframe%2Fproxy%3Fp_1_id%3D56838%26p_p_id%3D48_INSTANCE_rtvsZ9hAeYAB%26>. Acesso em: 03 fev. 2017.

AQUINO, I. R. L. O. **Perfil do contador da atualidade: perfil empreendedor**. 4 ed. São Paulo, Atlas, 2010.

BRANCO, José Corsino Raposo Castelo. O profissional contábil na era do conhecimento. p. 1-3. Piauí, 20 de Outubro de 2002. Disponível em: <<http://www.aespi.br/revista/cont%C3%A1bil.html>>. Acesso em 22 de outubro de 2018.

COELHO, Claudio Ulysses Ferreira; BOTINI, Joana. **Introdução à Contabilidade**. 2 Ed. São Paulo: SENAC, 2002.

CRUZ, N. V. S. et al. O impacto da tecnologia da informação no profissional contábil. Disponível em: < <http://www.eco.unne.edu.ar/contabilidad/costos/VIIIcongreso/218.doc>> Acesso em 22 de outubro de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Abordagens Éticas para o Profissional Contábil/ Conselho Federal de Contabilidade**. Brasília: CFC, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Pesquisa Perfil do Contador**. 2009. Brasília: CFC, 2009.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas de Informações Gerenciais**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DUARTE, R. D. Big Brothers fiscal - III: o Brasil era do conhecimento. Minas Gerais: Ideas Work, 2009.

FAVERO, H. L. et. al. **Contabilidade: teoria e prática**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme. **Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Geron, C. M. S., Finatelli, J. R., Faria, A. C., & Romeiro, M. C. (2011). Sped-Sistema Público de Escrituração Digital: percepção dos contribuintes em relação os impactos de sua adoção. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 5(2), 44-67.

GERON, Cecília Moraes Santos Tasso. et al . SPED - sistema público de escrituração digital: percepção dos contribuintes e m relação aos impactos de sua adoção. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, Brasília, v. 5, n. 2, p. 44-67, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GONÇALVES, Carlos Alberto, MEIRELLES, Anthero de Moraes. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9 ed. São Paulo, BR: Editora Atlas S.A., 2004.

LAFFIN, Marcos. O professor de contabilidade no contexto de novas exigências. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, nº 127, 2001.

LIMAX, Simone. **SPED a sua real importância**. Disponível em:<
<http://ww1.spedbrasil.net/?subid1=45c606d8-d7b2-11e8-b19f-b1a2da8423af>> Acesso em 22 de outubro de 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

_____. **Contabilidade Geral** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Contabilidade Introdutória/equipe de professores da faculdade de economia, administração e contabilidade da USP**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEONE, E. A mulher no atual mercado de trabalho. **Carta Social e do Trabalho** No. 3. Campinas: UNICAMP/ IE/Cesit, 2006. Disponível em <<http://cesit.net.br/wp/wp-content/uploads/2014/11/Carta-Social-e-do-Trabalho-6.pdf>>. Acesso em 21 de outubro de 2018.

LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética Geral e profissional em contabilidade**. 9 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA Ana Cristina de. **Introdução à Teoria de Contabilidade para o nível de graduação**. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Ética geral e profissional em contabilidade**.
2 Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, M; LAKATOS, E. **Metodologia Científica**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. Ed. São Paulo, BR: Editora Atlas S.A., 2012.

MERLO, Roberto Aurélio. **O contabilista do século XXI**. Jornal do CFC, Brasília, março/abril 2006.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2 ed. São Paulo, BR: Editora Atlas S.A., 2009.

NAGATSUKA, Divane Alves da Silva; TELES Egberto Lucena. **Manual de contabilidade introdutória**. 2 Ed São Paulo: Thomsom, 2007.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Antônio Sérgio. **SPED no Escritório Contábil**. 1. Ed. São Paulo: Ônixjur, 2017.

OLIVEIRA, M. V. **O contador e suas conquistas profissionais**: estudo comparativo dos recém-formados da Univali e Unisul. Florianópolis, 2008.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Contabilidade Gerencial—Um enfoque em sistema de informação contábil**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PALEIAS, Ivam Ricardo; PALMA, Daniel Azevedo. **Didática do ensino da contabilidade**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PEREIRA, José Matias. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PFITSCHER, E. D; ALBERTON, L. **Benchmarking educacional**: o perfil profissional dos egressos dos cursos de ciências contábeis, administração e economia. Santa Catarina, 2004.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. 7. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da contabilidade geral**. 3.ed. Curitiba: Juruá, 2017.

_____. **Ética profissional**. 5 Ed São Paulo: Atlas, 2014.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, Jose Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Contabilidade internacional avançada**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Juliana Letícia Macedo. **Perfil do Profissional Contábil na Gestão empresarial**: habilidades, conhecimentos e competências a partir da percepção dos empresários de Pimenta Bueno/RO. 2015. 34f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR, 2015.

SZUSTER, N. et. al. **Contabilidade Geral**: introdução à contabilidade societária. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TONELLI, Márcio. A Sociedade já está começando a perceber os benefícios. Certsign. Disponível em < <http://www.certisign.com.br/certinews/sped-os-pontos-determinantes-os-principais-empecilhos-e-o-andamento-do-processo-sob-o-ponto-de-vista-de-especialistas/a-sociedade-ja-esta-comecando-a-perceber-os-beneficios>> Acesso em 22 de outubro de 2018.

TWEEDIE, David. O legado de David Tweedie: a adoção das IFRS no mundo. **Revista Brasileira de Contabilidade**, ano 40, n.188, p.7-24, mar./abr.2011.

YOUNG, L. H. B.SPED: Sistema Público de Escrituração Digital. Curitiba: Juruá, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Olá, meu nome é Alex José dos Santos, sou graduando do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Estou fazendo uma pesquisa que fará parte de minha monografia sobre a temática OS DESAFIOS DO PROFISSIONAL CONTÁBIL NA ERA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. Gostaria de contar com sua estimada participação no preenchimento do questionário abaixo. Ele é composto de cinco blocos e 15 questões. Esclareço que seu sigilo será mantido, os dados aqui presentes serão divulgados na pesquisa citada e posteriormente será disponibilizada ao seu conhecimento.

Agradeço sua colaboração.

Bloco 1 - Perfil

1- Sexo

Masculino Feminino

2- Qual sua idade faixa etária?

Menos de 25 anos Entre 25 anos e 35 anos Entre 36 anos e 45 anos Mais de 45 anos

3- Quanto tempo atua na área contábil?

De 1 a 5 anos De 6 a 10 anos De 11 a 15 anos Mais de 15 anos

Bloco 2 - Formação

4- Qual a sua formação profissional?

Técnico Contábil Bacharel Ciências Contábeis Pós Graduado(a) na área contábil
 Não sou formado (a) em curso superior Outra área. Especificar? _____

5- Costuma fazer cursos para atualização profissional? Justifique.

Bloco 3 – Concepção de valores na ética profissional

6- Quais são os principais valores éticos a serem seguidos para a execução da profissão contábil?

7- É comum que profissionais da área ofereçam honorários mais baixos para angariar mais clientes?

8- O que se deve levar em consideração para compor realmente o valor a ser cobrado como honorários dos serviços prestados?

Bloco 4 – Concepção de tecnologia

9- Como você classifica a importância do investimento na área de SGC (Sistemas Gerenciais Contábeis) para melhor adequação e controle das informações fornecidas ao fisco?

Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

Bloco 5 – Concepção de Escrituração digital

10 - Na sua visão, com a implantação do SPED contábil, como se encontra a situação de suas rotinas diárias?

Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

11 - Com o SPED contábil os registros passaram a ser elaborados eletronicamente. Como você avalia essa nova forma de escrituração?

Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

12 - A partir da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), qual é o seu grau de conhecimento em relação ao uso do sistema?

Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

13 - Em relação ao SPED, classifique os itens seguintes conforme seu grau de importância.

Classificação: 1- Sem importância, 2- Pouco importante, 3- Indiferente, 4- Importante, 5- Muito importante. Obs: não poderá repetir a classificação.

Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas; Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais; Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes; Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel. Aperfeiçoamento do combate à sonegação.

14- Diante de sua experiência com o SPED Contábil, classifique os itens a seguir.

Classificação: 1- Nunca, 2- Raramente, 3- Às vezes, 4- Geralmente, 5- Sempre. Obs: não poderá repetir a classificação.

Possuir conhecimento e domínio dos procedimentos contábeis. Ter domínio em informática e utilização de softwares. Experiência no meio contábil, adquirido com as rotinas diárias. Transição da antiga forma de escrituração contábil para a nova forma de escrituração através do SPED. Ter curso na área contábil, seja técnico ou superior.

15 - Em relação a escrituração contábil, como você classifica essa evolução com o advento do SPED?

Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

ANEXOS

ANEXO A – QUADROS DE ANÁLISES DAS REPOSTAS SUBJETIVAS

Quadro 01 – Atualização profissional

(continua)

Respondentes	Respostas da questão 05 - Costuma fazer cursos para atualização profissional? Justifique.	Incidências nas respostas	Parágrafo síntese	Tópico de análise
1	Sim. Especialização em Controladoria, mestrado e doutorado em Educação.	Dos 54 entrevistados 47 fazem curso de atualização profissional e 7 não realizam curso.	Dos profissionais entrevistados a grande maioria respondeu que é preciso se especializar para executar seu trabalho com segurança e cumprir com todas as obrigações de maneira eficiente. Ou seja, o mercado pede isso de cada profissional.	Capacitação profissional
2	Sim. Para atualização profissional.			
3	Sim. Atualizar e se aprimorar sempre! Não reciclamos, pois quem recicla é lixo! Atualizamos o conhecimento.			
4	Sempre.			
5	Atualmente cursos relacionados a área acadêmica.			
6	Sim! A profissão exige uma atualização constante de conhecimento prático e teórico, caso contrário, o profissional fica defasado com o passar do tempo.			
7	Não é possível atuar na área e cumprir com todas as obrigações da prática contábil sem fazer cursos de atualização. O profissional que atua sem se atualizar põe em risco o seu cliente e a sua capacidade de atender as demandas do mercado contábil.			
8	Sim. Cursos para aperfeiçoamento.			
9	Sempre que possível.			
10	Sim.			

(continuação)

11	Sim.			
12	Sim.			
13	A educação profissional faz parte de minha cultura.			
14	Sim. As demandas nas execuções de obrigações acessórias têm sido muito grandes. SPED's, por exemplo.			
15	Sim, é sempre bom procurar se atualizar na área contábil, pois há mudanças constantes na legislação.			
16	Sim, trabalho com sistema de contabilidade então estamos em constante aprendizado.			
17	Sim, oferecidos principalmente pelo CRCBA, pela IOB e pelo Instituto de Filantropia.			
18	Sim. Importante.			
19	Sim.			
20	Sim, nós da área contábil temos de fazer qualificação o tempo todo sob pena de sair do mercado.			
21	Sim, sempre.			
22	Fiz alguns.			
23	Sim, principalmente em cursos práticos do dia a dia no setor público.			
24	Sim. Praticamente todas as profissões exigem formação continuada e a Contabilidade não é diferente, exigindo constante atualização, tanto na área contábil, quanto correlatas.			
25	Sim, pois é fundamental para um bom profissional.			
26	Sim. Sempre que viável invisto na atualização pois a legislação é constantemente alterada.			

(continuação)

27	Sim.			
28	Sim.			
29	Estudo pela internet, as novidades.			
30	Sim. Quando a legislação requer maiores esclarecimentos e fisco não consegue orientar.			
31	Não, deixei de atuar na área contábil, e passei a atuar na área administrativo financeira, gerindo empresas.			
32	Sim.			
33	Sim.			
34	Esporadicamente.			
35	Sim. Imprescindível para uma prestação de serviço de qualidade e segura.			
36	Não. Não encontro pós na área de atuação.			
37	Sim, pela necessidade das mudanças constantes na área contábil/legislação.			
38	Sim. Para me manter atualizado.			
39	Sim.			
40	Sim. Cursos voltados para atualização da legislação fiscal e previdenciária, etc.			
41	Sim, é preciso.			
42	Sim, sempre que houver uma atualização é obrigatoriedade.			
43	Sim. Sempre que possível procuro me atualizar.			
44	Sim.			
45	Sim. Iniciando mestrado.			
46	Sim: Seminários, cursos, palestras, etc.			

(conclusão)

47	Não. Não atuo na área contábil.			
48	Não, estudo em casa.			
49	Sim. Estar atualizado é essencial pra desenvolver um serviço de qualidade.			
50	Sim, mas é preciso fazer mais, está sempre antenado e por dentro de informações novas.			
51	Sim, sempre que possível busco aprimorar meus conhecimentos.			
52	Sim.			
53	Não, mas pretendo em breve.			
54	Não. Não atuo na área contábil. Inclusive, falta esta opção na pergunta anterior.			

Quadro 02 – Valores éticos

(continua)

Respondentes	Respostas da questão 06- Quais são os principais valores éticos a serem seguidos para a execução da profissão contábil?	Incidências nas respostas	Parágrafo síntese	Tópico de análise
1	Coerência e temperança.	<p>Dos 54 participantes as respostas foram divididas nas seguintes categorias: coerência, honestidade, responsabilidade, respeito, profissionalismo, transparência, união, moral, confiança, ética e fidedignidade.</p>	<p>Do total dos entrevistados as principais virtudes apontadas são: honestidade, responsabilidade e confiança.</p>	<p>Reflexão ética</p>
2	Honestidade.			
3	Respeito, confiança, integridade e sinceridade.			
4	Acredito que a responsabilidade para com seus deveres.			
5	Responsabilidade, profissionalismo ético e valorização do serviço prestado.			
6	Honestidade, qualidade, clareza na informação, uma conduta ética, dentre tantos outros que são exigidos no código de ética contábil.			
7	Profissionalismo, imparcialidade, integridade, transparência, cumplicidade.			
8	Responsabilidade.			
9	Transparência, sigilo, etc.			
10	Acima de tudo responsabilidade.			
11	Compromisso, responsabilidade, transparência, legalidade			
12	Respeito com os colegas de classe.			
13	Transparência e responsabilidade profissional.			
14	Zelo, discrição, honestidade aos fatos contabilizados, concorrência leal.			
15	Comprometimento com a categoria.			
16	União de classe.			
17	O zelo pela informação, a diligência e a honestidade.			
18	Zelo e honestidade.			

(continuação)

19	Moral, social.			
20	Seguir nosso código de ética, sobretudo laborar com responsabilidade.			
21	A observância dos Princípios de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade.			
22	Confiabilidade nas informações.			
23	Honestidade.			
24	Zelo, honestidade, discrição...			
25	Caráter, transparência e responsabilidade.			
26	Confiança, segurança.			
27	Honestidade e responsabilidade.			
28	Serviços prestados com clareza.			
29	Acredito que a classe deveria ser mais unida.			
30	Sigilo das informações e orientação correta, por meios elisivos.			
31	Respeito, credibilidade e responsabilidade.			
32	Confidencialidade.			
33	Sigilo, responsabilidade, compromisso, respeito.			
34	Código de ética profissional.			
35	Capacidade, sigilo, respeito e comprometimento com a classe e clientes.			
36	Legalidade. Confidencialmente.			
37	Exercício da profissão com zelo, sigilo, honestidade, observando sempre a capacidade técnica.			
38	Ser fidedigno.			
39	Confiança.			

(conclusão)

40	Honestidade, qualidade na prestação de serviços, zelo pela profissão.			
41	Não cobrar mais barato para tomar as escritas.			
42	Confidencialidade.			
43	Probidade, responsabilidade, transparência.			
44	Transparência.			
45	A ética.			
46	Ter responsabilidade no exercício da profissão.			
47	Honestidade, sinceridade e ética profissional			
48	Comprometimento, boa conduta, profissionalismo, pontualidade e identidade.			
49	Honestidade, responsabilidade, comprometimento, confiança.			
50	- Seguir a lei; - Não se aproveitar do cliente, trabalhar com qualidade, agilidade, mas ser justo no que se diz respeito a remuneração; - Não dar jeitinho; - Ser profissional a altura.			
51	Exercer a profissão com zelo, honestidade e diligência.			
52	Zelo, honestidade, ética.			
53	Manter o sigilo relacionado as informações de seus clientes e manter-se fiel a verdade.			
54	Transparência, Lealdade, Respeito, Justiça e Honestidade.			

Quadro 03 – Aviltamento de honorários

(continua)

Respondentes	Respostas da questão 07- É comum que profissionais da área ofereçam honorários mais baixos para angariar mais clientes? Justifique.	Incidências nas respostas	Parágrafo síntese	Tópicos de análise
1	Sim. Trata-se de prática detestável.	Dos 54 participantes, 52 responderam que tal prática acontece e apenas 2 pessoas afirmaram não ter conhecimento sobre o assunto.	Do total de entrevistados, aproximadamente cerca de 96% concordam que essa prática ocorre corriqueiramente. Sendo um dos motivos apontados: a angariação de clientes.	Mazelas profissionais
2	Os mais despreparados com certeza usam essa prática.			
3	Sim, infelizmente é uma prática em nossa profissão.			
4	Infelizmente sim. Profissionais que não se dedicam tanto a profissão estão se prostituindo na área e fazendo com que a classe fique desvalorizada.			
5	Sim, por motivo de desconhecimento de quem contrata o serviço a valorar a informação, desconsiderando o conhecimento de qualidade adquirido por aqueles que se prepararam com afinco.			
6	Com certeza, porém é uma prática que desvaloriza a profissão.			
7	Infelizmente é a tática dos meia bocas de nossa profissão. Mas na maior parte dos casos o cliente se arrepende e tem consequências onerosas que podem levar seu negócio a falência. Preço em qualquer área está diretamente ligado a qualidade do produto ou serviço.			
8	Sim. Infelizmente os colegas usam desse artifício para ganhar clientes.			
9	Com certeza! Há uma grande discussão sobre os profissionais barateiros, desvalorizando a nossa própria classe.			
10	É comum. o qual eu abomino.			

(continuação)

11	Sim. Muitos profissionais, sobretudo os técnicos em contabilidade têm essa postura.			
12	Infelizmente, sim.			
13	Em geral é prática recorrente dentre aqueles que não são qualificados/especializados.			
14	Sim. É uma prática comum. No Brasil, historicamente, esta situação é recorrente em vários ramos empresariais. Especificamente na contabilidade, percebo que sempre que um cliente procura barganhar preço, encontra um profissional disposto a receber um valor menor.			
15	Sim, profissionais em busca de carteira grande de clientes costumam praticar preços baixos.			
16	Sim. Infelizmente a classe é bem desorganizado em relação a isso.			
17	Sim, o aviltamento dos preços e prostituição dos honorários é comum em nosso meio. Mas é necessário deixar para o cliente bem claro os diferenciais que fazem seu produto ser mais caro, pois se o cliente não souber, jamais pagará o preço mais alto. A busca do conhecimento é arma indispensável para a sua superação profissional.			
18	Sim. Por conta da acirrada concorrência.			
19	Sim. Pois a classe contábil é desunida e não valorizam o trabalho que fazem e nem dos demais colegas.			
20	Sim, como estamos na era digital surgiu uma start up bagunçando o mercado.			
21	O princípio ético deve ser seguido por todos.			

(continuação)

22	Sim. Infelizmente é uma prática que desvaloriza a profissão.			
23	Acredito que sim, a classe contábil é muito desunida.			
24	Sim. É uma prática comum não só na profissão contábil, a concorrência existe e é saudável quando não é desleal. Por outro lado, e infelizmente, muitas vezes, a precificação de serviços contábeis gera concorrência desleal e aumenta a probabilidade de diminuição do nível de qualidade dos trabalhos.			
25	E como, infelizmente.			
26	Sim. Não concordo com a prática, mas reconheço.			
27	Sim. A típica prostituição da carreira.			
28	Sempre, o mercado está muito concorrido!! E novos profissionais recém-formados oferecem serviços com preço baixo para adquirir clientes.			
29	Sim. Existem vários profissionais que põem lá em baixo os seus honorários para ter quantidade as vezes não oferecendo qualidade.			
30	Sim. O aviltamento de honorários é prática comum, mesmo estando refutada no CPC.			
31	Sim, para garantir clientes, existem profissionais que atuam desta forma.			
32	Sim.			
33	Sim, especialmente os que desconhecem o valor profissional e os custos investidos na realização dos serviços e a responsabilidade.			
34	Sim, porém a qualidade dos serviços fideliza os clientes.			

(continuação)

35	Sim. Muitos não valorizam a profissão e não consideram risco de responsabilidade ao custo.			
36	Sim. Concorrência do mercado e despreparo.			
37	Sim, uma mistura de vários fatores, dentre eles cito: despreparo no conhecimento da área contábil (tanto do profissional quanto do empresário).			
38	Sim. Para entrar no mercado.			
39	É comum, mas essa prática não é realizada na empresa que trabalho.			
40	Infelizmente sim. Alguns colegas não reconhecem seu próprio valor, e por necessidade de sobrevivência, cobram valores menores.			
41	Sempre tem, mas fazem serviço de péssima qualidade.			
42	Sim, ainda mais quando são novos na área.			
43	Sim. Com o grande número de profissionais existentes no mercado, existem aqueles que costumam oferecer preços mais baixos como forma de captar clientes.			
44	Infelizmente sim.			
45	Sim. A concorrência faz com que alguns profissionais queiram ganhar o cliente pelo preço praticado.			
46	Sim, mas é um grande erro do profissional, que as vezes não cumpre o que prometeu ao novo cliente. Nesse caso faltou ética profissional.			
47	Não tenho conhecimento.			
48	Sim, pois infelizmente ainda vivemos com essa problemática, pois muitos profissionais visam os seus lucros e não a valorização do seu serviço.			

(conclusão)

49	Sim. Muitos escritórios fazem isso.			
50	Já cheguei a presenciar tal fato, conforme indagação de clientes, mas nunca passei por isso, até porque, desqualificaria meu trabalho e não seria justo ao próprio cliente, ter um custo muito baixo, vai me trazer muitos clientes, mas a minha qualidade cairá também.			
51	Sim, infelizmente os profissionais da área abaixam o preço pois se não o fizer, o próximo fará.			
52	Sim. Mas não concordo.			
53	Sim, na dificuldade de conseguir novos clientes há profissionais que oferecem preços menores para conseguir novos clientes, que chegam a trocar de contabilidade sem se dar conta de que o serviço oferecido pode não ter a mesma qualidade.			
54	Não tenho conhecimento suficiente sobre o assunto.			

Quadro 04 – Composição de honorários

(continua)

Respondentes	Respostas da questão 08- O que se deve levar em consideração para compor realmente o valor a ser cobrado como honorários dos serviços prestados?	Incidências nas respostas	Parágrafo síntese	Tópicos de análise
1	O tempo e a complexidade dos serviços serem prestados.	As respostas dos entrevistados que mais se repetiram foram: tempo gasto com o serviço, qualidade, responsabilidade, custos e complexidade do trabalho a ser executado.	De acordo com as respostas obtidas para essa pergunta, são um conjunto de fatores que se deve levar em consideração para a composição do honorário a ser cobrado. Dentre os diversos pontos abordados, estão: a qualidade do serviço, o tempo empenhado, a complexidade e a responsabilidade.	Composição do custo contábil
2	Qualidade do serviço prestado e formação do contador.			
3	O tempo gasto com o serviço, a necessidade e a complexidade da empresa.			
4	Tipo de tributação.			
5	A importância e o benefício que determinada informação pode proporcionar para o usuário, por mais simples que seja para o profissional contábil.			
6	Os custos do escritório, isso inclui custos com funcionários, custos do prédio (água, luz, etc), margem de lucro desejada, custo com sistemas, dentre outros.			
7	Faturamento, folha de pagamento, movimentação, serviços fiscais, contábeis ou os dois, processos da empresa e principalmente o custo benefício que o seu serviço consegue oferecer em detrimento de outros.			
8	Entendo que o volume de trabalho que o cliente demandar. Um pouco subjetivo.			
9	A qualidade do serviço prestado, tempo utilizado para consulta e diferenciais.			
10	O trabalho a ser desenvolvido.			
11	O porte da empresa, o tipo de atividade que exerce, a complexidade da estrutura societária, o número de funcionários, o faturamento, dentre outros.			

(continuação)

12	O tempo gasto por cada colaborador para prestar o serviço.			
13	A proposta de valor entregue ao cliente, ou seja, nível de complexidade das operações, porte da empresa e escopo do serviço.			
14	Diversas: 1 - Disponibilidade e capacitação técnica para execução, afinal, ninguém é especialista em todos os ramos da contabilidade. Se maior especialização no ramo, maior a garantia de qualidade e maior é o lastro para cobrança de valores mais altos. 2 - Custo e despesas dos serviços. A composição dos custos e despesas de todos os serviços são indispensáveis para determinação de preço de um serviço. 3 - Conhecimento da capacidade produtiva do escritório (pessoas, materiais, espaço físico, tecnologia) 3 - Volume de atividades, riscos de erros e penalidades. 4 - Especificidade do trabalho. 5 - Quanto mais um escritório for especializado num ramo, mais barata fica a produtividade unitária neste ramo e maiores serão as margens. Vice-versa.			
15	O valor deve ser composto pela qualidade do serviço prestado, a atenção dada ao cliente, obrigações cumpridas dentro do prazo, formação do profissional			
16	Faturamento e movimentação da empresa.			
17	Mecanismos para conhecer e medir os custos e identificar valores de mercado. O preço deve ser justo para o profissional e para o cliente.			
18	O custo(tempo) e risco civil do serviço.			

(continuação)

19	Faturamento da empresa.			
20	Vários são itens, mas o mais importante é o tempo dedicado.			
21	O mercado.			
22	Tempo de trabalho, porte da empresa.			
23	A qualificação profissional, a complexidade do serviço, o risco e os custos.			
24	Custo dos serviços e nível de especialização na área contábil contratada.			
25	Qualidade e comprometimento.			
26	Qualificação técnica necessária, demanda de serviço, custo do serviço necessário.			
27	A demanda relativa a insumos e ao saber teórico e prático acumulado.			
28	Pontualidade, cumprimento das normas contábeis como um todo!			
29	Valorizar o conhecimento e o trabalho, o bom atendimento, custos com programas e funcionários capacitados.			
30	Volume/tempo de dedicação, importância, responsabilidade quanto às informações geradas e economia local (observando ainda a capacidade financeira do cliente).			
31	Experiência, conhecimento.			
32	Capacitação do profissional, mercado em que está inserido, público alvo.			
33	A qualidade com que o serviço é prestado, o conhecimento científico, a valorização profissional e a ética.			

(continuação)

34	Custos e qualificação da informação contábil prestada.			
35	Responsabilidade civil, criminal, movimentação financeira e número de colaboradores da empresa, além da forma de tributação que a empresa se enquadrar.			
36	A excelência do serviço.			
37	Custo benefício das informações: nível técnico de exigência, gama de informações e dados, tempo de elaboração das informações, dentre outros, observando valores aplicados pelo conselho.			
38	Experiência e conhecimento atualizado.			
39	Competência.			
40	Principalmente a qualificação do profissional contábil. Investimos muito no capital intelectual para exercer nossa profissão.			
41	Quantidade de empregados e movimentação mensal da empresa.			
42	Faturamento, mão-de-obra, volume, demanda.			
43	O porte e o faturamento da empresa.			
44	Capacidade da empresa.			
45	A entrega de valor para o cliente.			
46	Primeiro conhecer o cliente(empresa), fazer um contrato de prestação de serviços com honestidade.			
47	O grau de informações de que a empresa requer.			
48	Complexibilidade do serviço e conhecimento do profissional que o fará.			
49	Profissionalismo.			

(conclusão)

50	A qualidade do profissional, o trabalho bem feito e com responsabilidade, o tempo de execução do trabalho e claro uma boa e justa pesquisa de mercado.			
51	Sua dedicação e seu tempo de trabalho e estudo.			
52	Tempo de execução do serviço, complexidade, volume, etc			
53	Deve-se levar em consideração os custos de formação e atualização dos profissionais, assim como os recursos necessários para realização do serviço, as despesas relacionadas ao processo e a margem de lucro desejada.			
54	Tempestividade, qualidade, atendimento, etc.			

ANEXO B – LEI DO SPED**DECRETO Nº 6.022, DE 22 DE JANEIRO DE 2007.**

Institui o Sistema Público de Escrituração Digital -SPED.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e considerando o disposto no art. 37, inciso XXII, da Constituição, nos arts. 10 e 11 da Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e nos arts. 219, 1.179 e 1.180 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, **DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.

Art. 2º O SPED é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações. (Redação dada pelo Decreto no 7.979, de 2013)

§ 1º Os livros e documentos de que trata o caput serão emitidos em forma eletrônica, observado o disposto na Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

§ 2º O disposto no **caput** não dispensa o empresário e as pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, de manter sob sua guarda e responsabilidade os livros e documentos na forma e prazos previstos na legislação aplicável. (Redação dada pelo Decreto no 7.979, de 2013)

Art. 3º São usuários do SPED:

I - a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

II - as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante convênio celebrado com a Secretaria da Receita Federal; e

III - os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta que tenham atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas. (Redação dada pelo Decreto no 7.979, de 2013).

§ 1o Os usuários de que trata o caput, no âmbito de suas respectivas competências, deverão estabelecer a obrigatoriedade, periodicidade e prazos de apresentação dos livros e documentos, por eles exigidos, por intermédio do SPED.

§ 2o Os atos administrativos expedidos em observância ao disposto no § 1º deverão ser implementados no SPED concomitantemente com a entrada em vigor desses atos.

§ 3o O disposto no § 1o não exclui a competência dos usuários ali mencionados de exigir, a qualquer tempo, informações adicionais necessárias ao desempenho de suas atribuições.

Art. 4o O acesso às informações armazenadas no SPED deverá ser compartilhado com seus usuários, no limite de suas respectivas competências e sem prejuízo da observância à legislação referente aos sigilos comercial, fiscal e bancário.

Parágrafo único. O acesso previsto no **caput** também será possível aos empresários e às pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, em relação às informações por eles transmitidas ao SPED. Redação dada pelo Decreto no (Redação dada pelo Decreto no 7.979, de 2013).

Art. 5o O SPED será administrado pela Secretaria da Receita Federal com a participação de representantes indicados pelos usuários de que tratam os incisos II e III do art. 3o.

§ 1o Os usuários do SPED, com vistas a atender o disposto no § 2o do art. 3o, e previamente à edição de seus atos administrativos, deverão articular-se com a Secretaria da Receita Federal por intermédio de seu representante.

§ 2o A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá solicitar a participação de representantes dos empresários, das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, e de entidades de âmbito nacional representativas dos profissionais da área contábil, nas atividades relacionadas ao SPED. (Redação dada pelo Decreto no 7.979, de 2013).

Art. 6o Compete à Secretaria da Receita Federal:

I - adotar as medidas necessárias para viabilizar a implantação e o funcionamento do SPED;

II - coordenar as atividades relacionadas ao SPED;

III - compatibilizar as necessidades dos usuários do SPED;

IV - estabelecer a política de segurança e de acesso às informações armazenadas no SPED, observado o disposto no art. 4o.

Art. 7o O SPED manterá, ainda, funcionalidades de uso exclusivo dos órgãos de registro para as atividades de autenticação de livros mercantis.

Art. 8o A Secretaria da Receita Federal e os órgãos a que se refere o inciso III do art.

3o expedirão, em suas respectivas áreas de atuação, normas complementares ao cumprimento do disposto neste Decreto.

§ 1o As normas de que trata o caput relacionadas a leiautes e prazos de apresentação de informações contábeis serão editadas após consulta e, quando couber, anuência dos usuários do SPED.

§ 2o Em relação às informações de natureza fiscal de interesse comum, os leiautes e prazos de apresentação serão estabelecidos mediante convênio celebrado entre a Secretaria da Receita Federal e os usuários de que trata o inciso II do art. 3o.

Art. 9o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de janeiro de 2007; 186º da Independência e 119º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

ANEXO C – CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR**RESOLUÇÃO CFC Nº 803/96**

Aprova o Código de Ética Profissional do Contador – CEPC

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que o Código de Ética Profissional do Profissional da Contabilidade, aprovado em 1970, representou o alcance de uma meta que se tornou marcante no campo do exercício profissional;

CONSIDERANDO que, decorridos 26 (vinte e seis) anos de vigência do Código de Ética Profissional do Profissional da Contabilidade, a intensificação do relacionamento do Profissional da Contabilidade com a sociedade e com o próprio grupo profissional exige uma atualização dos conceitos éticos na área da atividade contábil;

CONSIDERANDO que, nos últimos 5 (cinco) anos, o Conselho Federal de Contabilidade vem colhendo sugestões dos diversos segmentos da comunidade contábil a fim de aprimorar os princípios do Código de Ética Profissional do Profissional da Contabilidade – CEPC;

CONSIDERANDO que os integrantes da Câmara de Ética do Conselho Federal de Contabilidade, após um profundo estudo de todas as sugestões remetidas ao órgão federal, apresentou uma redação final,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o anexo **Código de Ética Profissional do Contador**.

Art. 2º Fica revogada a Resolução CFC nº 290/70.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 10 de

outubro de 1996.

Contador **JOSÉ MARIA MARTINS MENDES**

Presidente

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR**CAPÍTULO I****DO OBJETIVO**

Art. 1º Este Código de Ética Profissional tem por objetivo fixar a forma pela qual se devem conduzir os Profissionais da Contabilidade, quando no exercício profissional e nos assuntos relacionados à profissão e à classe. *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

CAPÍTULO II**DOS DEVERES E DAS PROIBIÇÕES**

Art. 2º São deveres do Profissional da Contabilidade: *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

I – exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais; *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

II – guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade;

III – zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo;

IV – comunicar, desde logo, ao cliente ou empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócios e executores;

V – inteirar-se de todas as circunstâncias, antes de emitir opinião sobre qualquer caso;

VI – renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador, a quem deverá notificar com trinta dias de antecedência, zelando, contudo, para que os interesse dos mesmos não sejam prejudicados, evitando declarações públicas sobre os motivos da renúncia;

VII – se substituído em suas funções, informar ao substituto sobre fatos que devam chegar ao conhecimento desse, a fim de habilitá-lo para o bom desempenho das funções a serem exercidas;

VIII – manifestar, a qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão;

IX – ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional, seja propugnando por remuneração condigna, seja zelando por condições de trabalho compatíveis com o exercício ético-profissional da Contabilidade e seu aprimoramento técnico.

X – cumprir os Programas Obrigatórios de Educação Continuada estabelecidos pelo CFC; *(Criado pelo Art. 5º, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

XI – comunicar, ao CRC, a mudança de seu domicílio ou endereço e da organização contábil de sua responsabilidade, bem como a ocorrência de outros fatos necessários ao controle e fiscalização profissional. *(Criado pelo Art. 6º, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

XII – auxiliar a fiscalização do exercício profissional. *(Criado pelo Art. 7º, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

Art. 3º No desempenho de suas funções, é vedado ao Profissional da Contabilidade: *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

I – anunciar, em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, conteúdo que resulte na diminuição do colega, da Organização Contábil ou da classe, em detrimento aos demais, sendo sempre admitida a indicação de títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e relação de clientes; (*Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010*)

II – assumir, direta ou indiretamente, serviços de qualquer natureza, com prejuízo moral ou desprestígio para a classe;

III – auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra exclusivamente de sua prática lícita;

IV – assinar documentos ou peças contábeis elaborados por outrem, alheio à sua orientação, supervisão e fiscalização;

V – exercer a profissão, quando impedido, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não habilitados ou impedidos;

VI – manter Organização Contábil sob forma não autorizada pela legislação pertinente;

VII – valer-se de agenciador de serviços, mediante participação desse nos honorários a receber;

VIII – concorrer para a realização de ato contrário à legislação ou destinado a fraudá-la ou praticar, no exercício da profissão, ato definido como crime ou contravenção;

IX – solicitar ou receber do cliente ou empregador qualquer vantagem que saiba para aplicação ilícita;

X – prejudicar, culposa ou dolosamente, interesse confiado a sua responsabilidade profissional;

XI – recusar-se a prestar contas de quantias que lhe forem, comprovadamente, confiadas;

XII – reter abusivamente livros, papéis ou documentos, comprovadamente confiados à sua guarda;

XIII – aconselhar o cliente ou o empregador contra disposições expressas em lei ou contra os Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade; *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

XIV – exercer atividade ou ligar o seu nome a empreendimentos com finalidades ilícitas;

XV – revelar negociação confidenciada pelo cliente ou empregador para acordo ou transação que, comprovadamente, tenha tido conhecimento;

XVI – emitir referência que identifique o cliente ou empregador, com quebra de sigilo profissional, em publicação em que haja menção a trabalho que tenha realizado ou orientado, salvo quando autorizado por eles;

XVII – iludir ou tentar iludir a boa-fé de cliente, empregador ou de terceiros, alterando ou deturpando o exato teor de documentos, bem como fornecendo falsas informações ou elaborando peças contábeis inidôneas;

XVIII – não cumprir, no prazo estabelecido, determinação dos Conselhos Regionais de Contabilidade, depois de regularmente notificado;

XIX – intitular-se com categoria profissional que não possua, na profissão contábil;

XX – executar trabalhos técnicos contábeis sem observância dos Princípios de Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade; *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

XXI – renunciar à liberdade profissional, devendo evitar quaisquer restrições ou imposições que possam prejudicar a eficácia e correção de seu trabalho;

XXII – publicar ou distribuir, em seu nome, trabalho científico ou técnico do qual não tenha participado;

XXIII – Apropriar-se indevidamente de valores confiados a sua guarda; *(Criado pelo Art. 12, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

XXIV – Exercer a profissão demonstrando comprovada incapacidade técnica. (*Criado pelo Art. 13, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010*)

XXV – Deixar de apresentar documentos e informações quando solicitado pela fiscalização dos Conselhos Regionais. (*Criado pelo Art. 14, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010*)

Art. 4º O Profissional da Contabilidade poderá publicar relatório, parecer ou trabalho técnico-profissional, assinado e sob sua responsabilidade. (*Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010*)

Art. 5º O Contador, quando perito, assistente técnico, auditor ou árbitro, deverá;

I – recusar sua indicação quando reconheça não se achar capacitado em face da especialização requerida;

II – abster-se de interpretações tendenciosas sobre a matéria que constitui objeto de perícia, mantendo absoluta independência moral e técnica na elaboração do respectivo laudo;

III – abster-se de expender argumentos ou dar a conhecer sua convicção pessoal sobre os direitos de quaisquer das partes interessadas, ou da justiça da causa em que estiver servindo, mantendo seu laudo no âmbito técnico e limitado aos quesitos propostos;

IV – considerar com imparcialidade o pensamento exposto em laudo submetido à sua apreciação;

V – mencionar obrigatoriamente fatos que conheça e repute em condições de exercer efeito sobre peças contábeis objeto de seu trabalho, respeitado o disposto no inciso II do art. 2º;

VI – abster-se de dar parecer ou emitir opinião sem estar suficientemente informado e munido de documentos;

VII – assinalar equívocos ou divergências que encontrar no que concerne à aplicação dos Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo CFC; *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

VIII – considerar-se impedido para emitir parecer ou elaborar laudos sobre peças contábeis, observando as restrições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;

IX – atender à Fiscalização dos Conselhos Regionais de Contabilidade e Conselho Federal de Contabilidade no sentido de colocar à disposição desses, sempre que solicitado, papéis de trabalho, relatórios e outros documentos que deram origem e orientaram a execução do seu trabalho.

CAPÍTULO III

DO VALOR DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS

Art. 6º O Profissional da Contabilidade deve fixar previamente o valor dos serviços, por contrato escrito, considerados os elementos seguintes: *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

I – a relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade do serviço a executar;

II – o tempo que será consumido para a realização do trabalho;

III – a possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços;

IV – o resultado lícito favorável que para o contratante advirá com o serviço prestado;

V – a peculiaridade de tratar-se de cliente eventual, habitual ou permanente;

VI – o local em que o serviço será prestado.

Art. 7º O Profissional da Contabilidade poderá transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, com a anuência do cliente, sempre por escrito, de acordo com as normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

Parágrafo único. O Profissional da Contabilidade poderá transferir parcialmente a execução dos serviços a seu cargo a outro profissional, mantendo sempre como sua a responsabilidade técnica. *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

Art. 8º É vedado ao Profissional da Contabilidade oferecer ou disputar serviços profissionais mediante aviltamento de honorários ou em concorrência desleal. *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

CAPÍTULO IV

DOS DEVERES EM RELAÇÃO AOS COLEGAS E À CLASSE

Art. 9º A conduta do Profissional da Contabilidade com relação aos colegas deve ser pautada nos princípios de consideração, respeito, apreço e solidariedade, em consonância com os postulados de harmonia da classe. *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

Parágrafo único. O espírito de solidariedade, mesmo na condição de empregado, não induz nem justifica a participação ou convivência com o erro ou com os atos infringentes de normas éticas ou legais que regem o exercício da profissão.

Art. 10 O Profissional da Contabilidade deve, em relação aos colegas, observar as seguintes normas de conduta: *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

- I – abster-se de fazer referências prejudiciais ou de qualquer modo desabonadoras;
- II – abster-se da aceitação de encargo profissional em substituição a colega que dele tenha desistido para preservar a dignidade ou os interesses da profissão ou da classe, desde que permaneçam as mesmas condições que ditaram o referido procedimento;
- III – jamais apropriar-se de trabalhos, iniciativas ou de soluções encontradas por colegas, que deles não tenha participado, apresentando-os como próprios;

IV – evitar desentendimentos com o colega a que vier a substituir no exercício profissional.

Art. 11 O Profissional da Contabilidade deve, com relação à classe, observar as seguintes normas de conduta: *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

I – prestar seu concurso moral, intelectual e material, salvo circunstâncias especiais que justifiquem a sua recusa;

II – zelar pelo prestígio da classe, pela dignidade profissional e pelo aperfeiçoamento de suas instituições;

III – aceitar o desempenho de cargo de dirigente nas entidades de classe, admitindo-se a justa recusa;

IV – acatar as resoluções votadas pela classe contábil, inclusive quanto a honorários profissionais;

V – zelar pelo cumprimento deste Código;

VI – não formular juízos depreciativos sobre a classe contábil;

VII – representar perante os órgãos competentes sobre irregularidades comprovadamente ocorridas na administração de entidade da classe contábil;

VIII – jamais utilizar-se de posição ocupada na direção de entidades de classe em benefício próprio ou para proveito pessoal.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Art. 12 A transgressão de preceito deste Código constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de uma das seguintes penalidades:

I – advertência reservada;

II – censura reservada;

III – censura pública.

§ 1º Na aplicação das sanções éticas, podem ser consideradas como atenuantes: *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

I – ação desenvolvida em defesa de prerrogativa profissional; *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

II – ausência de punição ética anterior; *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

III – prestação de relevantes serviços à Contabilidade. *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

§ 2º Na aplicação das sanções éticas, podem ser consideradas como agravantes: *(Criado pelo Art. 25, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

I – Ação cometida que resulte em ato que denigra publicamente a imagem do Profissional da Contabilidade;

(Criado pelo Art. 25, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

II – punição ética anterior transitada em julgado. *(Criado pelo Art. 25, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

Art. 13 O julgamento das questões relacionadas à transgressão de preceitos do Código de Ética incumbe, originariamente, aos Conselhos Regionais de Contabilidade, que funcionarão como Tribunais Regionais de Ética e Disciplina, facultado recurso dotado de efeito suspensivo, interposto no prazo de quinze dias para o Conselho Federal de Contabilidade em sua condição de Tribunal Superior de Ética e Disciplina. *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 950, de 29 de novembro de 2002)*

§ 1º O recurso voluntário somente será encaminhado ao Tribunal Superior de Ética e Disciplina se o Tribunal Regional de Ética e Disciplina respectivo mantiver ou reformar parcialmente a decisão. *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 950, de 29 de novembro de 2002)*

§ 2º Na hipótese do inciso III do art. 12, o Tribunal Regional de Ética e Disciplina deverá recorrer ex officio de sua própria decisão (aplicação de pena de Censura Pública). *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 950, de 29 de novembro de 2002)*

§ 3º Quando se tratar de denúncia, o Conselho Regional de Contabilidade comunicará ao denunciante a instauração do processo até trinta dias após esgotado o prazo de defesa. *(Renumerado pela Resolução CFC nº 819, de 20 de novembro de 1997)*

Art. 14 O Profissional da Contabilidade poderá requerer desagravo público ao Conselho Regional de Contabilidade, quando atingido, pública e injustamente, no exercício de sua profissão. *(Redação alterada pela Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

(Criado pelo Art. 27, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)

Art. 15 Este Código de Ética Profissional se aplica aos Contadores e Técnicos em Contabilidade regidos pelo Decreto-Lei nº. 9.295/46, alterado pela Lei nº. 12.249/10. *(Criado pelo Art. 28, da Resolução CFC nº 1.307/10, de 09/12/2010)*